

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA**

LUCAS SOUZA NEVES

**PREFERÊNCIA PARTIDÁRIA NA PERSPECTIVA DO ELEITORADO  
BRASILEIRO: MUDANÇAS E PERPETUIDADES APÓS AS ELEIÇÕES  
PRESIDENCIAIS DE 2002**

Brasília

2012

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA**

LUCAS SOUZA NEVES

**PREFERÊNCIA PARTIDÁRIA NA PERSPECTIVA DO ELEITORADO  
BRASILEIRO: MUDANÇAS E PERPETUIDADES APÓS AS ELEIÇÕES  
PRESIDENCIAIS DE 2002**

Monografia apresentada como pré-requisito para a  
obtenção do título de bacharel em Ciência Política  
pela Universidade de Brasília.

Orientador: Prof. Mathieu Turgeon

Brasília

2012

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA**

LUCAS SOUZA NEVES

**PREFERÊNCIA PARTIDÁRIA NA PERSPECTIVA DO ELEITORADO  
BRASILEIRO: MUDANÇAS E PERPETUIDADES APÓS AS ELEIÇÕES  
PRESIDENCIAIS DE 2002**

Monografia apresentada ao Instituto de Ciência  
Política da Universidade de Brasília para obtenção  
do título de bacharel em Ciência Política e  
apresentado a seguinte banca examinadora:

---

**PROFESSOR MATHIEU TURGEON**

(Universidade de Brasília)

---

**PROFESSOR LÚCIO RENNÓ**

(Universidade de Brasília)

Brasília

2012

## **DEDICATÓRIA**

Dedico essa monografia a minha família acima de tudo. Principalmente a minha mãe, mulher incrível que me criou praticamente sozinha, e ao meu pai, que não está mais entre nós, mas que sempre incentivou meus estudos.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar gostaria de dizer que meus agradecimentos não vão apenas para aqueles que estiveram comigo durante a formulação deste trabalho, mas a todos aqueles que participaram dessa longa caminhada de quatro anos e nove meses de formação, e porque não dizer, transformação.

Agradeço a minha família, que apesar de ser pequena e não possuir muitos recursos financeiros sempre me proporcionou toda a assistência e suporte ao longo dos meus estudos. Apoio esse que permitiu que eu pudesse concluir minha graduação. Por isso manifesto meus agradecimentos especiais a minha irmã, Caroline Neves, que sempre acreditou no meu potencial e que me guiou pelos caminhos da UnB; a minha mãe, Idalina Sobreira, que como disse antes, me criou praticamente sozinha, sem a ajuda de família por perto; e ao meu pai, Antonio Pereira, que faleceu ano passado e que mesmo sendo um pai às vezes ausente, sempre incentivou meus estudos.

Também agradeço aos meus amigos de longa data, que sempre foram para mim uma segunda família e que estiveram comigo durante os piores e melhores momentos da minha vida. Dedico esse parágrafo a vocês: Fábio Jerônimo, Fernando Paixão, Williman Temponi, Bruno Sotero, Alexandre Magnum, Victor Chaves, Luiz André, Lorena Cortez, Amália Chaves, Paulo Canabarro, Soraya Lage, Roberta Moroshima, Felipe Claudio, Arthur Guimarães, Faiely Moreira, Rodrigo Achetta, Rafaela Voronkoff, Aline Mayara, Gabriel Barbosa e Talytta Torres.

Não poderia me esquecer de agradecer aos meus colegas de curso, que passaram juntamente comigo por essa experiência incrível que é fazer Ciência Política na Universidade de Brasília. Aos meus colegas: José Guilherme, Pedro Koenigkan, Thiago Saldanha, João Vítor, Daniel Prazeres e Renato Arthur.

Falando em colegas de curso, também dedico meus agradecimentos aos meus companheiros de Strategos, empresa júnior de Ciência Política; e aos colegas de duas gestões do Centro Acadêmico de Ciência Política. Um muito obrigado a: Jaqueline Buckstegge, Soraia Cardoso, Célia Machado, Caroline Dias, Marina Rosa, Mariana Marques, Lívia Souza, Letícia Medeiros, Vanessa Machado, Tathyana Sales, Iana Alves, Camilla Oliveira, Frederico Silva, Luiz Santos, Karla Joyce, Janaína Bittencourt, Plínio Gonçalves, Raissa Mendes, Nauê Bernardo, Vítor Martins, Vítor Xokito, Rodrigo Dias, Victor Corrêa, Luciana Felix, Gustavo Belisário, Leandro Lobo, André Zanardi, e tantos outros que eu possa ter me esquecido.

Vocês fizeram parte da minha vida, uns mais do que outros, mas todos me agregaram muito valor e por isso agradeço de todo coração vocês terem feito parte da minha vida.

Por último agradeço ao meu professor Mathieu Turgeon, que teve muita paciência em me orientar e que acreditou no meu trabalho, mesmo diante das situações adversas em que me encontrava. Ao grupo de pesquisa que participei nesses últimos meses, formado por Álvaro Pereira, Ricardo Moll e Pedro Masson, um grupo que foi vital para a conclusão deste trabalho. E ao professor Lucio Rennó, que teve a cortesia de corrigir estas páginas.

Poder estudar na Universidade de Brasília, uma das melhores universidades federais públicas do país, foi um privilégio e digo com toda certeza que durante esse tempo que passei na universidade não apenas obtive uma graduação, mas levei uma rica experiência de vida. Espero sinceramente que essa experiência “além dos estudos” não se acabe, e que mais pessoas possam ter acesso a essa oportunidade.

*"A política é a ciência da liberdade."*  
(Pierre Proudhon)

## RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de estudar e analisar o comportamento da variável identificação partidária no eleitorado brasileiro através de pesquisas pós-eleitorais nos anos de 2002, 2006 e 2012, traçando um paralelo com estudos de outros autores que tratem do mesmo tema em períodos anteriores. A hipótese central consiste na manutenção da importância da variável identificação partidária nos estudos de comportamento eleitoral nacional, seja por meio da estabilização das taxas de preferência ou pelo grau de influência que ela ainda exerce no voto do eleitor.

**Palavras-chave:** identificação partidária, voto, comportamento eleitoral, perfil partidário, rejeição partidária, conhecimento político, ideologia, avaliação do governo.



## **ABSTRACT**

This present work aims to study and analyze the behavior of party identification variable in the Brazilian electorate through post-election surveys in the years of 2002, 2006 and 2012, drawing a parallel with studies of other authors that deals with the same theme in prior periods. The central hypothesis consists in the maintaining of the party identification's importance in national electoral behavior's studies, either by the stabilization of preference's rates or by the degree of influence that it still exert on the voter's choice.

**Key words:** party identification, vote, electoral behavior, party's identity, party rejection, political knowledge, ideology, government evaluation.

## ÍNDICE

### FIGURAS, GRÁFICO E TABELAS

	Página
<b>Tabela 1:</b> Variáveis Dependentes	23
<b>Tabela 2:</b> Explicação da variável “ip”	24
<b>Tabela 3:</b> Explicação das variáveis “ip_pt”, “ip_pmdb” e “ip_psdب”	25
<b>Tabela 4:</b> Explicação das variáveis “coligação_pt” e “coligação_psdب”	25
<b>Tabela 5:</b> Explicação das variáveis “rejeição_pt”, “rejeição_pmdb” e “rejeição_psdب”	25
<b>Tabela 6:</b> Explicação da variável “id_ideologica”	26
<b>Tabela 7:</b> Explicação da variável “avaliação_gov”	26
<b>Tabela 8:</b> Explicação da variável “conhecimento”	27
<b>Tabela 9:</b> Variáveis interativas	29
<b>Tabela 10:</b> Evolução das taxas de rejeição partidária das principais legendas nacionais – 2002, 2006 e 2010	35
<b>Tabela 11:</b> Porcentagem de cada identidade partidária pelas três principais faixas de renda mensal	37
<b>Tabela 12:</b> Renda Familiar Média em R\$ por Identidade Partidária nos anos de 2002, 2006 e 2010	38
<b>Tabela 13:</b> Porcentagem da identidade partidária por faixa de escolaridade	39
<b>Tabela 14:</b> Moda para todos os partidos e escolaridade – 2002, 2006 e 2010	40
<b>Tabela 15:</b> Idade Média por Identidade Partidária - 2002, 2006 e 2010.	41
<b>Tabela 16:</b> Auto-localização pelo eleitor na escala esquerda (0) e direita (10) por identidade partidária – 2002, 2006 e 2010	41
<b>Tabela 17:</b> Coeficientes da regressão multinomial e binomial logística – Eleições 2002	43
<b>Tabela 18:</b> Coeficientes da regressão multinomial e binomial logística – Eleições 2006	45
<b>Tabela 19:</b> Coeficientes da regressão multinomial e binomial logística – Eleições 2010	47
<b>Gráfico 1:</b> Evolução das taxas de Identificação Partidária – 1989-2002	31
<b>Gráfico 2:</b> Taxas de IP – 2002, 2006 e 2010	33
<b>Gráfico 3:</b> Evolução da taxa de IP do PT e PMDB – 1989-2002	34

# SUMÁRIO

	Página
<b>Introdução</b>	<b>11</b>
<b>Capítulo I - Identificação Partidária</b>	<b>13</b>
1.1. Principais abordagens do tema	13
1.2. Modelo Michigan	13
1.3. Teoria da Escolha Racional	14
1.4. Debate Nacional sobre Identificação partidária	16
1.5. Hipóteses para o caso brasileiro	20
<b>Capítulo II – Metodologia</b>	<b>23</b>
<b>Capítulo III – As eleições presidenciais brasileiras de 2002, 2006 e 2010 e o papel da identificação partidária</b>	<b>31</b>
2.1. A evolução da Identificação Partidária	31
2.2. As taxas de preferência das legendas nacionais	34
2.3. O papel da Identificação Partidária no voto	42
<b>Considerações Finais</b>	<b>50</b>
<b>Referências Bibliográficas</b>	<b>55</b>
<b>Glossário</b>	<b>58</b>
<b>Anexo</b>	<b>59</b>

## INTRODUÇÃO

*Por que as pessoas vão votar e por que dão o seu voto a determinado candidato?*

Essa é uma pergunta que intriga inúmeros estudiosos da Ciência Política e que alimenta vastos estudos acerca de tal tema. Entender as motivações por trás do voto e do não voto, além de compreender as razões que fazem o eleitor escolher um candidato em detrimento de outro, é o objetivo central de qualquer estudo sobre comportamento eleitoral.

Todos os indivíduos possuem suas crenças, desejos, vontades, motivações e ideologias políticas, além de estarem inseridos em determinada contexto histórico-social. E dentre essas motivações que levam determinada pessoa a votar em algum candidato está a identificação partidária. Compreender de que forma o indivíduo opta por determinado partido em relação ao outros, e de que forma isso pesa no seu voto é um tema de extrema importância.

Existem diversos estudos e diversas abordagens sobre a identificação partidária, principalmente na literatura internacional. Mas no Brasil, apesar de inúmeros estudos sobre partidos e eleições, são poucos os trabalhos mais profundos a respeito de tal variável e sua influência no voto. Estudos como de Carreirão e Kinzo (2004), que avaliam a evolução das taxas de identificação partidária do período de 1989-2002; e de Luciana Fernandes Veiga (2007), que avalia os perfis partidários das principais legendas nacionais das eleições de 2002 e 2006; são trabalhos recentes e demonstram a necessidade de mais estudos nessa área.

Este trabalho de conclusão de graduação busca contribuir com tais estudos e ampliar as informações sobre a evolução e a estruturação da identificação partidária nacional nas eleições presidenciais de 2002, 2006 e 2010, além de verificar o grau de influência dela sobre a direção do voto e traçar um paralelo com a literatura nacional que trata dos temas específicos abordados neste estudo.

Para tanto serão medidos as taxas de “identificação partidária” desses três últimos pleitos presidenciais, construindo um recorte temporal, junto com os dados de 1989-2002, do comportamento de tal variável ao longo desses 23 anos de democracia brasileira; também serão analisados os possíveis perfis partidários desses últimos anos das principais legendas nacionais, e suas respectivas taxas de preferência no eleitorado; além da criação de modelos de regressão que busquem avaliar a importância da identificação e da rejeição partidária nos votos dos eleitores dos principais candidatos das eleições analisadas.

As medições e manipulações serão realizadas através dos dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), uma pesquisa pós-eleitoral e vinculada a um projeto da Universidade de Michigan (“*Comparative Study of Electoral Systems*”) em conjunto com o Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP) e a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Visando a melhor compreensão da abordagem adotada no estudo e de forma a melhor inseri-lá dentro do debate acadêmico, é feita uma revisão das abordagens da identificação partidária, além de uma revisão literária tanto internacional quanto nacional acerca do tema.

# CAPÍTULO I

## Identificação Partidária

### 1.1. Principais abordagens do tema

O tema identificação partidária é um dos mais relevantes para qualquer tipo de abordagem e posicionamento teórico em relação ao comportamento eleitoral. Apesar de o termo ser adotado em diversas escolas literárias, existe uma forte mudança no significado e no peso relativo dessa variável em cada modelo.

As três principais abordagens da identificação partidária são a abordagem psicológica, que a situa como elemento central na análise da atitude e do comportamento eleitoral (Campbell, 1960), sendo construída ao longo do processo de socialização política do indivíduo; a abordagem sociológica, que a encara como uma espécie de “contrato” de representação de interesses entre grupos de eleitores e partidos, e que preconiza a sua formação a partir da experiência de classe ou cultural do indivíduo inserido em um grupo; e a abordagem racional, que coloca os partidos (e as ideologias políticas) como referenciais que os eleitores usam para diminuir custos de obtenção e processamento das informações políticas necessárias para sua tomada de decisão (Downs, 1957).

No caso deste trabalho, como o enfoque é a variável identificação partidária, a abordagem psicológica, representada pelo modelo Michigan, e a abordagem racional, representada pela teoria da escolha racional, se encaixam melhor na perspectiva de compreender melhor a importância e o peso desta variável na direção do voto do eleitor brasileiro. Já o modelo sociológico ou histórico-contextual estrutura o reconhecimento partidário como variável secundária à identidade cultural ou de classe do indivíduo, e por isso não será usado como referência de estudo nesse trabalho.

### 1.2. Modelo Michigan

O modelo Michigan de Decisão eleitoral, maior representante da abordagem psicológica do comportamento eleitoral, foi elaborado por um grupo de pesquisadores americanos no final dos anos 1950, liderados por Angus Campbell. A maior expressão desse modelo está presente no livro “The American Voter”, publicado em 1964.

Esse modelo tem como unidade de observação o indivíduo, analisando todas as predisposições sociais que afetam a direção do voto no plano micro. Lembrando que os teóricos de Michigan em nenhum momento desprezam ou negam a influência do plano macro,

eles apenas consideram necessário esse dimensionamento a fim de compreender e captar as variáveis psicológicas em sua plenitude e máxima influência na tomada de decisão do indivíduo. O plano macro atuaria no indivíduo por meio do processo de socialização, influenciado pela organização da sociedade.

Assim a abordagem psicológica tem a intenção de compreender a imagem do mundo político que se constrói dentro dos indivíduos, buscando entender que tipos de traços, sejam eles negativos ou positivos, se formam em torno dos candidatos e partidos, e construindo um mapa cognitivo que acompanha os movimentos dos eleitores.

A identificação partidária nesse modelo entra como fator explicativo da escolha eleitoral, sendo constatada por meio de dados de *surveys* sobre comportamento eleitoral e formada em bases afetivas no processo de socialização, uma característica que a torna mais resistente a mudanças advindas de outra ordem. Como salienta Figueiredo no seguinte trecho:

“uma vez formada, a identificação partidária tende a tornar-se estável, ou seja, os eleitores que têm identificação partidária em graus variados, inclinam-se a ‘ver’ a política e orientar suas ações numa direção partidária” (1991:37).

### **1.3. Teoria da Escolha Racional**

A teoria da escolha racional já traz outro significado ao impacto da identificação partidária sobre a decisão do voto, pois questiona a inflexibilidade na identificação partidária gerada pelas bases afetivas do processo de socialização (Carreirão e Kinzo, 2003). Os eleitores observariam os partidos que costumam agir em conformidade com seus interesses e, com base em seus conhecimentos prévios, escolheriam o partido de sua preferência. Uma identificação que se basearia em uma escolha notadamente racional e não em uma identificação afetiva fundada ao longo dos anos, como preconiza o modelo Michigan.

Já Fiorina (1981), por sua vez, tenta lançar um contraponto entres as duas teorias. A socialização prévia do indivíduo teria a sua importância, mas estaria sujeita a variações de acordo com a avaliação que o indivíduo faz da experiência acumulada como eleitor ao longo de sua vida adulta. Assim os eleitores tenderiam a monitorar as promessas e desempenhos partidários ao longo do tempo, utilizando-as posteriormente em um julgamento de qual partido é preferido. Esse julgamento, por sua vez, se constituiria como a identificação partidária (IP), uma informação sintética e econômica que é utilizada pelo eleitor quando este avalia plataformas ambíguas feitas para lidar com futuros incertos.

Desse modo a teoria de Fiorina tenta explicar tanto as manifestações de estabilidade como as mudanças nas preferências partidárias. Primeiro porque permite uma

explicação *política* da variável identificação partidária, baseada na idéia de que quando um indivíduo começa sua experiência como eleitor, sua IP anterior advém de sua socialização política prévia; e à medida que ele começa a adquirir experiência política, a sua IP torna-se cada vez mais o resultado de sua avaliação dos acontecimentos que o cerca.

E segundo porque gera um mecanismo de compreensão das mudanças da IP, pois se os partidos se posicionam constantemente em favor dos interesses de uma determinada faixa sócio-econômica, é provável que os indivíduos que se encontram nessa faixa ao longo do tempo escolham esse partido como preferível em detrimento de outro, produzindo um contínuo fortalecimento da IP. Ocorrendo flutuações na IP apenas nos casos em que os partidos se tornariam inconsistentes nas suas defesas, em que haja uma alta mobilidade social e no caso do aparecimento recorrente de novas *issues*.

Portanto Fiorina demonstra como a IP pode ser constituída de conteúdo político e estar sujeita a flutuações, ao contrário do que muitos teóricos afirmam. A identificação partidária pode não representar uma ideologia ou um panorama complexo da conjuntura política, mas representa no mínimo a experiência política dos indivíduos adquirida tanto ao longo da vida quanto por meio da sua visão dos fatos atuais da política. E se essa variável se mantém estável por longos períodos, nada tem haver com a sua resistência às mudanças e sim com a consistência empírica das experiências políticas com a IP anterior. Deste modo,

“[...] a identificação partidária anterior pode influenciar a percepção dos eleitores sobre as condições e eventos socioeconômicos. Mas [...] essas predisposições não superam completamente a realidade. E quando as percepções e julgamentos de um eleitor conflitam com suas predisposições [...] a acomodação resultante ocasiona mudanças previsíveis na identificação partidária” (Mackuen, Erikson e Stimson, 1989:199).

Além desse debate em relação à “natureza” da identificação partidária e a sua constituição, a literatura especializada também tem voltado sua atenção para o comportamento dessa variável ao longo dos anos e as suas possíveis tendências.

Estudos nos anos 50 e 60 nos Estados Unidos apontavam para uma razoável estabilidade das IP's dos eleitores, mas já na década 70 esse quadro muda e se torna evidente um declínio no papel dos partidos eleitorais no sistema político norte-americano e da sua influência na decisão do voto do eleitor. A pesquisa de Dalton (2000) aponta que entre 1952 e 1996 houve uma queda de aproximadamente 16% na taxa de eleitores que se identificam com algum partido. Situação que acaba se repetindo da mesma maneira na Europa.



Carreirão e Kinzo (2004) apontam algumas prováveis causas de tal comportamento como o fato de algumas das funções tradicionalmente exercidas pelos partidos estarem sendo assumidas por outras instituições, como o caso dos meios de comunicação de massa que assumiram papel fundamental nas campanhas eleitorais; e o fato de que o aumento vertiginoso do nível educacional de americanos e europeus, nas últimas quatro décadas, aliado ao grande acesso à informação via os meios de comunicação, teria diminuído essa necessidade de existir um interlocutor entre o sistema político e o eleitor, papel sempre exercido pelo partido político.

#### **1.4. Debate Nacional sobre Identificação partidária**

Embora o foco deste trabalho, acerca do tema identificação partidária, é o atual sistema multipartidário vivido no Brasil, é preciso compreender como essa variável se comportava em outros períodos recentes do país (o período multipartidário de 1945 a 1964 e o bipartidário de 1965 a 1979) para que se possa ter dimensão do histórico e do peso da identificação partidária no voto do eleitor brasileiro.

Quanto ao período de 1945 a 1964 existem os estudos de Lavareda (1991) que trazem uma série de conclusões sobre o comportamento e a formação da identificação partidária. Segundo ele, apesar do curto período de partidarismo as taxas de IP eram bem elevadas, cerca de 64% do eleitorado das grandes cidades manifestava identificação com algum partido. Além disso, Lavareda pôde constatar uma forte influência da identificação partidária no voto do eleitor nas eleições presidenciais.

Já quanto à fase bipartidária brasileira são importantes os estudos de Cardoso e Lamounier (1975), Reis (1978) e Lamounier (1980), que traçam análises sobre a identificação partidária com base em dados de *survey* aplicados na época em uma parcela significativa do território nacional. Estes estudos mostraram que as preferências partidárias não se conectavam com opiniões dos eleitores acerca de *issues* de natureza política, mas sim a imagens partidárias difusas. Eles conseguiram constatar por meio dos seus estudos que o Arena (pólo situação) estaria mais relacionado com a imagem de partido dos “ricos”, da “elite”, enquanto o MDB (pólo oposição) ficaria com a imagem de partido dos “pobres”, dos “trabalhadores”. E que este eixo servia de grande referência na decisão eleitoral.

Acerca do atual sistema partidário, foco deste trabalho, a literatura nacional possui diversos estudos sobre identificação partidária, por isso vão ser tratadas aqui apenas as principais conclusões a respeito dos três principais aspectos da IP, que são: as taxas e a evolução da identificação partidária, a estruturação desta variável e o peso da IP sobre o voto.

Áreas de comportamento da preferência partidária importantes para se definir um cenário de atuação dessa variável no Brasil e que foram muito bem definidas na análise de Carreirão e Kinzo (2004) sobre o panorama da IP de 1989 a 2002.

O primeiro aspecto, taxas de identificação partidária e sua evolução, possui estudos que revelam baixos índices de identificação partidária no período de 1988/1989. Lavareda (1989) demonstrou, com base em dados de *survey* do IBOPE (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística), que cerca de 70% do eleitorado brasileiro não se identificava com partido algum. Um dado bem conflitante em comparação com as altas taxas de identificação partidária de períodos anteriores. Meneguello (1994), que abarca o período de 1988 a 1994, também indica uma tendência declinante da identificação partidária, apontando taxas de IP pouco abaixo de 50% nesse período.

Já o período maior de tempo de 1989 a 2002, abordado por Carreirão e Kinzo (2004), vai demonstrar que essa tendência declinante passa a não se confirmar. O que passa a ocorrer são oscilações constantes que não chegam a delinear uma tendência unívoca (ascendente ou descendente), pois nesse período as taxas de IP variam apenas entre 41% e 54%, com uma média de 46% para o conjunto do período. Assim para Carreirão e Kinzo apesar da não existência de altas taxas de identificação partidária, poderia ser afirmar um grau razoável de estabilidade dessas preferências, até porque não se observa variações muito bruscas. Quanto às oscilações, elas seriam explicadas por dados conjunturais específicos de cada eleição. Algo que se relaciona com a idéia de constituição da IP elaborada por Fiorina (1981), em que tanto a experiência política do eleitor ao longo da vida quanto os fatos atuais do cenário político teriam influência na preferência partidária.

O segundo aspecto, que trata da estruturação da identificação partidária, possui análises, pelo menos até meados dos anos 1990, bem pessimistas quanto à construção de identificações partidárias significativas e sólidas no Brasil. André Singer (1990) enxerga uma tendência “populista” na cultura política nacional, algo que segundo ele poderia estar relacionado com o fato do período bipartidário ter criado no eleitor uma visão simplista da política, aonde você teria apenas duas opções pra votar, e quando esse arranjo se desfez a única opção seria uma escolha eleitoral pautada no padrão populista. Haveria assim uma “*ligação direta entre líder e massas, sem necessidade de canal partidário*” (Singer, 1990:151). Meneguello (1994) também chega a conclusões parecidas em seus estudos, identificando uma tendência “personalista” na escolha eleitoral.

As observações de Lavareda (1991) também não são muito otimistas. Segundo o autor, a possível tendência para a identificação partidária seria a sua erosão e não

consolidação na escolha eleitoral nacional. Preconizando inclusive “*uma tendência universal ao esmaecimento dos laços psicológicos entre os eleitores e as agências de representação do mundo ocidental*” (Lavareda, 1991:171).

Uma linha de observação que é seguida de perto por Baquero (1996), que identifica essa tendência de queda do papel das legendas partidárias como uma tendência mundial e não apenas nacional.

“[...] a insatisfação dos cidadãos face à incapacidade do sistema partidário em canalizar suas aspirações adequadamente e eficazmente tem contribuído decisivamente para o crescente distanciamento do eleitor dos partidos e para a emergência de formas alternativas de representação política à margem dos partidos tradicionais” (Baquero, 1996:13).

Já as considerações de Reis e Castro (1992) são menos pessimistas sobre a possibilidade de uma estruturação de IP's no eleitorado brasileiro. Para eles, embora as preferências partidárias estejam sujeitas a “*perturbações circunstanciais*” decorrentes das bruscas mudanças na história da estrutura partidária nacional, tais “*perturbações*” não durariam “*senão o tempo necessário para que se chegue novamente a divisar as linhas básicas de clivagem (ainda que expressas ou definidas de forma simples ou mesmo simplória) nos novos contornos de cada estrutura partidária implantada*” (1992:131).

As conclusões de Carreirão e Kinzo (2004) também caminham para uma situação parecida. Pela análise desses autores, embora as taxas de identificação partidária não tenham apresentado um aumento significativo, elas apresentam certo grau de estabilização. Algo que poderia corroborar para a idéia de que está se criando uma estrutura sólida da identificação partidária no país. Além disso, tendo em vista o jogo político-eleitoral difuso e pouco propício à formação de identidades, uma taxa de 46% de IP não deixa de ser significativa. Lembrando que os autores atribuem essa manutenção principalmente ao aumento das taxas de identificação partidária do PT, que construiu um perfil mais definido nos últimos anos, e ao declínio das taxas do PMDB, que após a redemocratização resolveu assumir um perfil menos demarcado, e a atuar menos como ator principal e mais como coadjuvante.

O terceiro e último aspecto se refere ao peso da identificação sobre o voto do eleitor brasileiro, e acerca desse tema os estudiosos se diferem muito. Meneguello (1995), por exemplo, afirma que a identificação partidária teria tido pouca influência nas eleições de 1994. Uma afirmação que ela faz com base na comparação de taxas agrupadas de IP em três momentos da campanha eleitoral com as taxas agregadas de intenção de voto.

Contudo André Singer (1998) aponta altos coeficientes de correlação entre identificação partidária e intenção de voto em 1989 e 1994. Ressaltando que essa forte correlação foi encontrada na parcela do eleitorado que assume preferência partidária, algo em torno de 50% do eleitorado total; e que foi usado a relação entre posicionamento ideológico dos partidos e decisão de voto nos candidatos. Com base nessa análise, em referência às eleições de 1989, Singer chega a afirmar que “*os eleitores que se identificavam com os partidos de esquerda tenderam fortemente a votar nos candidatos de esquerda, o mesmo ocorrendo para os eleitores com preferências ao centro e à direita em relação aos candidatos de centro e direita*” (1998:85). Uma situação que segundo ele chega a se repetir também em 1994, indicando um coeficiente de correlação gama de até 0,93.

Mônica M.M. de Castro, em relação às eleições presidenciais de 1989, também chega à mesma conclusão, afirmando que embora os eleitores não apresentem preferência partidária estável, existiria uma alta correlação entre intenção de voto e identificação partidária.

Outro autor que traz um contraponto entre a pouca estabilidade da IP e a sua relação com o voto é Flávio Silveira (1996), que passa a afirmar categoricamente que a “*maior parte das novas identificações estabelecidas nos últimos processos eleitorais é pontual, fugaz, e formada em função da imagem dos candidatos*” (1996:33). E para isso ele usa o exemplo do PRN, que teve um crescimento assombroso com o apoio de Collor. Algo feito também por Almeida (1996), que evidenciou nas eleições de 1994 um aumento significativo do PSDB durante a campanha eleitoral de Fernando Henrique Cardoso, saltando de 2% em março para 12% em setembro.

Em relação a essa visão de preferência partidária passageira e influenciada por fatos circunstanciais, Elizabeth Balbachevsky (1992) traz conclusões opostas. Para a autora, apesar do declínio das taxas de IP, fato gerado em sua concepção pela multiplicação de legendas, a natureza da identificação partidária não mudou:

*“ainda que circunscrita a uma parcela menor do eleitorado, a identificação partidária agora, tanto quanto no período autoritário, recorta na população o conjunto de eleitores disponíveis para a participação política, para quem a competição partidária alcança algum significado subjetivo próprio”* (Balbachevsky, 1992:140).

Quanto às conclusões de Carreirão e Kinzo (2004), os dois observam diferença de influência entre a identificação e a rejeição partidária na escolha eleitoral nesse período analisado de 1989 a 2002. Para eles a rejeição partidária teria uma forte influência sobre o

voto, pois segundo os dados analisados os mesmos 98% dos eleitores que manifestavam rejeição a determinado partido, não votavam no candidato deste partido. Já quanto à identificação, os dados demonstram que apenas 30% do eleitorado poderia ter sido influenciado pela sua IP na hora de votar nas quatro eleições presidenciais estudadas. Assim a pesquisa feita pelos autores demonstrou que 42% dos eleitores desses quatro pleitos foram influenciados de certa forma por algum posicionamento em relação a partidos, seja identificação ou rejeição. Algo que para alguns pode não parecer significativo, mas que demonstra como a variável identificação partidária ainda assume peso na escolha eleitoral e como ela deve continuar a ser monitorada no caso brasileiro.

### **1.5. Hipóteses para o caso brasileiro**

A grande questão a ser proposta por este trabalho é entender de que modo os três aspectos da IP (ou identificação partidária): *taxas de identificação partidária e sua evolução; perspectivas de estruturação da identificação partidária; e a relação entre identificação partidária e voto*; estudados e analisados por tantos teóricos como Lavareda, Carreirão, Kinzo, Singer e Meneguello no caso brasileiro do período de 1989 a 2002; se comportaram no período de 2002 a 2010 nas três últimas eleições para Presidente da República. Um momento da história brasileira marcado pela ascensão econômica brasileira, por altas taxas de mobilidade social e pela eleição de um candidato à presidência sem forte apelo junto ao eleitorado, mas apoiado por um ex-candidato de grande popularidade e pelo partido que já comandava o país há oito anos.

Além disso, nesses três últimos pleitos é notável a apresentação de uma ferramenta como o Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), uma pesquisa pós-eleitoral aplicada no Brasil desde 2002, que nasceu de um convênio do Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP) da UNICAMP com o Projeto CSES – Comparative Study of Electoral Systems, e que fornece aos pesquisadores de comportamento eleitoral nacional um vasto arsenal de informações, além de permitir o acompanhamento de diversas variáveis eleitorais ao longo do tempo. Sendo uma dessas variáveis a “identificação partidária”, foco deste estudo.

O comportamento desses três principais aspectos gera inúmeras questões acerca de como a identificação partidária tem se externado nos últimos 10 anos, mas as principais que este trabalho se propõe a responder são as seguintes:

1) Será que se mantiveram as taxas declinantes de identificação partidária no período de 2002 a 2010? E será que essas taxas configuram um cenário de pouca estabilidade de tal variável no eleitorado brasileiro?

2) Ainda se mantém a concentração das altas taxas de preferência partidária nas legendas PT e PMDB? Como se configuraram os principais perfis partidários nacionais nesses últimos anos?

3) Ainda resiste um cenário de influência da identificação partidária na direção do voto? Ou será que a preferência partidária não mais exerce grande papel no voto?

Essas são perguntas importantes para o estudo da preferência partidária no eleitorado brasileiro e que precisam ser respondidas a fim de se confirmar todas as análises feitas até aqui sobre a importância de tal variável para o caso brasileiro.

Compreender a continuidade dos movimentos da IP é vital para o fortalecimento da literatura partido-eleitoral nacional, que necessita ainda de mais dados e de maiores análises. Esse trabalho é uma pequena contribuição a essa literatura, que apesar das críticas, tem algo muito valioso a oferecer aos estudos de comportamento eleitoral brasileiro, pois a identificação partidária ainda resiste como variável de grande peso (senão fundamental) em qualquer teoria de explicação do voto.

A principal pretensão deste trabalho é obter um panorama geral das movimentações da variável identificação partidária nas eleições de 2002, 2006 e 2010, e entender o nível de influência dessa variável sobre o voto presidencial, além de traçar um quadro comparativo com os dados obtidos por outros autores que analisaram o período anterior, de 1989 a 2002, a fim de propiciar uma análise geral do comportamento dessa variável no período recente de multipartidarismo que vivemos no Brasil.

Esse panorama não busca compreender a IP em sua totalidade, mas apenas apontar as últimas direções e tendências dela nesses três últimos pleitos. De modo a complementar os trabalhos anteriores feitos sobre o respectivo objeto de estudo e incentivar estudos mais aprofundados sobre essa área do estudo do comportamento eleitoral no país.

Em função do grande risco de se traçar um panorama geral é preciso definir de modo específico o que o trabalho vai se propuser a apresentar. Como havia dito anteriormente não se trata de um estudo completo, mas apenas de uma abordagem das principais manifestações da identificação partidária nas eleições explicitadas previamente. Seguem os objetivos específicos:

a) Apresentar as taxas de identificação partidária das eleições de 2002, 2006 e 2010, além de confirmar a partir de dados anteriores relativos aos anos de 1989, 1994 e 1998, uma tendência de estabilidade ou não.

b) Apresentar as taxas de preferência partidária das principais legendas que concorreram nas eleições de 2002, 2006 e 2010, e que tenham sido alvo de estudos anteriores, além de identificar possíveis perfis partidários.

c) Identificar a influência da identificação partidária nas eleições de 2002, 2006 e 2010 sobre o voto dos eleitores desses três pleitos.

Com a delimitação desses três objetivos, o trabalho busca trazer clareza a respeito de quais temas da identificação partidária serão abordados, respeitando primeiramente os três aspectos da identificação partidária mais casualmente estudados pela literatura nacional e explicitados por Carreirão e Kinzo (2004) no artigo “Partidos Políticos, Preferência Partidária e Decisão Eleitoral no Brasil (1989/2002)”.

Sendo assim as principais hipóteses que pretendem ser testadas por esse trabalho são:

- As taxas de identificação partidária brasileira apresentam um movimento crescente no período de 2002 a 2010, através do posicionamento mais consistente das legendas em defender interesses de determinadas faixas sócio-econômicas.

- A confirmação de uma tendência de estabilidade da identificação partidária ao longo do período de 1989 a 2010, que representa o multipartidarismo brasileiro recente, contrariando a tendência mundial de declínio.

- Crescimento das taxas de preferência partidária de outros partidos além do PT e PMDB, e a formação de novos e mais sólidos perfis partidários.

- Aumento da influência da identificação partidária no voto, principalmente na eleição de 2010;

Essas hipóteses nos levam a crer em um cenário mais otimista em relação à importância da variável identificação partidária no Brasil e ao seu peso na escolha eleitoral nacional, pelo menos no que tange às eleições presidenciais. Tais afirmações podem não ser confirmar por inteiro, mas só a captação de indícios de uma possível estruturação da identificação partidária no Brasil já é algo de extrema valia para traçar o rumo de outros possíveis estudos na área e demonstrar como o eleitorado ainda é influenciado por tal variável.

## CAPÍTULO II

### Metodologia

Os dados utilizados para a análise das taxas de identificação partidária e da sua influência sobre voto do eleitor brasileiro são secundários e foram fornecidos pelo Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) das eleições de 2002, 2006 e 2010, com amostras respectivas de 2514, 1000 e 2000 eleitores, espalhados por cinco macro-regiões do país (norte, nordeste, centro-oeste, sul e sudeste). A pesquisa é pós-eleitoral e vinculada a um projeto da Universidade de Michigan (“*Comparative Study of Electoral Systems*”) em conjunto com o Centro de Estudo de Opinião Pública (CESOP) e a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

A estrutura metodológica deste trabalho consiste basicamente na análise descritiva de alguns dados fornecidos pelo ESEB e recodificados pelo software estatístico STATA, e na construção de uma regressão multinomial e binomial logística a fim de medir a influência da variável independente “identificação partidária” na variável dependente “voto1”, que diz respeito à intenção de voto do primeiro turno dos três últimos pleitos presidenciais, e na variável dependente “voto2”, que diz respeito à intenção de voto do segundo turno dos três últimos pleitos presidenciais.

**Tabela 1 - Variáveis Dependentes**

<b>Label:</b> voto1			
<b>Conceito:</b> Voto presidencial no primeiro turno das eleições presidenciais de 2002, 2006 e 2010. Foram utilizadas as questões Q.7 do ESEB2002, Q.25 do ESEB2006 e Q.42 do ESEB2010. Os candidatos escolhidos são os que obtiveram uma margem significativa de votos nas três eleições.			
<b>Valores</b>	<b>Eleições 2002</b>	<b>Eleições 2006</b>	<b>Eleições 2010</b>
voto1=1	Lula (PT)	Lula (PT)	Dilma (PT)
voto1=2	Serra (PSDB)	Alckmin (PSDB)	Serra (PSDB)
voto1=3	Garotinho (PSB)	Heloísa Helena (PSOL)	Marina (PV)
voto1=4	Ciro Gomes (PPS)	-	-

Fonte: ESEB 2002, 2006 e 2010. Elaboração própria.

**Label:** voto2

**Conceito:** Voto presidencial no segundo turno das eleições presidenciais de 2002, 2006



e 2010. Foram utilizadas as questões Q.8 do ESEB2002, Q.27 do ESEB2006 e Q.47B do ESEB2010.

Valores	Eleições 2002	Eleições 2006	Eleições 2010
voto1=1	Lula	Lula	Dilma
voto1=0	Serra	Alckmin	Serra

Fonte: ESEB 2002, 2006 e 2010. Elaboração própria.

O modelo de concepção e análise da variável independente “identificação partidária” tem como pilar a teoria de Morris P. Fiorina, anteriormente explicitado e que se utiliza tanto do Modelo Michigan quanto da Teoria Racional de Downs para explicar como as variáveis de cunho psicológico (como a identificação partidária), desenvolvidas no interior do indivíduo durante o processo de socialização, são influenciadas em certo grau por situações circunstanciais do meio em que ele se insere. O que atribuiria certa racionalidade, mesmo que mínima, a determinados conceitos formados no micro plano e de raízes instituídas em processos sociais de difícil determinação.

Assim a forma de medição dessa variável foi a autodenominação, em que o próprio indivíduo determina a existência de algum partido que represente a maneira como ele pensa. Além disso, foram acrescentadas outras variáveis de forte relação com a IP e que são importantes para a abordagem psicológica: rejeição partidária e identidade ideológica, e variáveis independentes de forte peso na escolha eleitoral para a teoria racional que são: avaliação de governo anterior, e conhecimento ou envolvimento político, medido através de questões básicas acerca da política nacional.

Variáveis Independentes:

a) Identificação Partidária

As taxas de identificação partidária das três últimas eleições foram medidas através da variável “ip”:

**Tabela 2 – Explicação da variável “ip”**

Label: ip	
<b>Conceito:</b> Existência de identificação partidária. Foram utilizadas as questões Q.31 do ESEB2002, Q.7 do ESEB2006 e Q.22 do ESEB2010.	
Valores	Representação
ip=1	Possui identificação com algum partido
ip=0	Não possui identificação com nenhum partido, não sabe ou não respondeu

Fonte: ESEB 2002, 2006 e 2010. Elaboração própria.

E as variáveis de teste utilizadas na regressão multinomial logística foram “ip\_pt”, “ip\_pmdb” e “ip\_psdb”, que representam respectivamente as taxas de identificação partidária dos partidos PT, PMDB e PSDB, as três maiores taxas de IP de legendas nas três eleições de 2002, 2006 e 2010.

**Tabela 3 – Explicação das variáveis “ip\_pt”, “ip\_pmdb” e “ip\_psdb”**

Label	Representação
ip_pt	Possui identificação com o PT
ip_pmdb	Possui identificação com o PMDB
ip_psdb	Possui identificação com o PSDB

Elaboração própria.

Além disso, foram utilizadas as taxas de identificação dos partidos das coligações dos candidatos à presidência que concorreram em segundo turno nas três eleições.

**Tabela 4 – Explicação das variáveis “coligacao\_pt” e “coligacao\_psdb”**

Label	Eleições 2002	Eleições 2006	Eleições 2010
coligacao_pt	Coligação Lula - Lula Presidente	Coligação Lula - Força do Povo	Coligação Dilma - Para o Brasil seguir mudando
coligacao_psdb	Coligação Serra - Grande Aliança	Coligação Alckmin - Por um Brasil Decente	Coligação Serra - O Brasil pode mais

Elaboração própria.

#### b) Rejeição Partidária

As variáveis de teste utilizadas na regressão multinomial para verificar o peso da rejeição foram “rejeicao\_pt” e “rejeicao\_psdb”, que representam respectivamente as taxas de rejeição partidária dos partidos PT, PSDB e PMDB. Partidos de relevância no cenário político nacional.

**Tabela 5 – Explicação das variáveis “rejeicao\_pt”, “rejeicao\_pmdb” e “rejeicao\_psdb”**

Label	Representação
rejeicao_pt	Jamais votaria no PT
rejeicao_psdb	Jamais votaria no PSDB
rejeicao_pmdb	Jamais votaria no PMDB

Elaboração própria.

## c) Identidade Ideológica

A variável “id\_ideologica”, operacionalizada no modelo deste trabalho, foi concebida através do posicionamento ideológico do eleitor, atribuído através da própria percepção de “ideologia” do respondente. Foi mantido a escala do ESEB de amplitude 0 (extrema esquerda) a 10 (extrema direita), com intuito de captar a maior variação possível. Esse tipo de abordagem do conceito já foi utilizado anteriormente por André Singer (2000), que afirma que o eleitorado possui reconhecimento da própria ideologia, mesmo que intuitivamente.

**Tabela 6 – Explicação da variável “id\_ideologica”**

<b>Label:</b>	id_ideologica
<b>Escala:</b>	0 a 10
<b>Conceito:</b>	Posicionamento ideológico do eleitor. Foram utilizadas as questões Q.50v1 do ESEB2002, Q.19 do ESEB2006 e Q.35 do ESEB2010.

Fonte: ESEB 2002, 2006 e 2010. Elaboração própria.

## d) Avaliação do Governo Anterior

Essa variável diz respeito à avaliação que o respondente faz em relação ao governo que antecede a eleição presidencial. As escalas de 1 a 6 do ESEB 2002 e de 1 a 4 dos ESEB 2006 e 2010 foram transformadas de modo a homogeneizar a escala e facilitar a comparação entre as três eleições, além de ter sido alterada a ordem da escala de forma a compreender que quanto menor o valor da avaliação, menor a aprovação do governo.

**Tabela 7 – Explicação da variável “avaliacao\_gov”**

<b>Label:</b> avaliacao_gov	
<b>Conceito:</b> Avaliação do governo FHC do período de 1998 a 2002, do governo Lula do período de 2001 a 2006 e de 2006 a 2010. Foram utilizadas as questões Q.18 do ESEB2002, Q.6 do ESEB2006 e Q.21 do ESEB2010.	
<b>Valores</b>	<b>Representação</b>
avaliacao_gov =1	Péssimo
avaliacao_gov =2	Ruim
avaliacao_gov =3	Bom
avaliacao_gov =4	Muito bom

Fonte: ESEB 2002, 2006 e 2010. Elaboração própria.

e) Conhecimento Político

A mensuração do nível de conhecimento político ou envolvimento foi feita através da análise das respostas dos entrevistados a perguntas de conhecimento factual, de identificação de legendas e sobre posicionamentos político-ideológicos dos partidos e candidatos. Cada resposta certa valia um (1) e a resposta errada teria valor igual a zero (0). Devido à diferença do número de perguntas entre cada pesquisa ESEB, cada eleição ficou com uma escala diferente de conhecimento político. Mais informações no anexo do trabalho.

**Tabela 8 – Explicação da variável “conhecimento”**

<b>Label:</b> conhecimento	
<b>Conceito:</b> Nível de informação sobre política dos entrevistados. Foram utilizadas 10 questões do ESEB2002, 7 questões do ESEB2006 e 13 questões do ESEB2010.	
<b>Eleições</b>	<b>Escala</b>
2002	0 a 9
2006	0 a 7
2010	0 a 13

Fonte: ESEB 2002, 2006 e 2010. Elaboração própria.

Também foram inseridas algumas variáveis de controle no modelo a fim de verificar e evitar qualquer distorção na regressão e nos possíveis resultados da mesma.

Variáveis de Controle:

- a) Nível educacional: expressa o nível de instrução dos entrevistados. Essa variável pode assumir os valores de: (1) analfabeto e ensino primário completo/incompleto; (2) ensino fundamental completo/incompleto; (3) ensino médio completo/incompleto; (4) superior completo/incompleto/mais.
- b) Gênero (mulher): mostra o número de mulheres que responderam a pesquisa. Essa variável pode assumir os valores de: zero (0) para os entrevistados do sexo masculino; e de um (1) para os do sexo feminino.
- c) Idade: mostra a idade exata do entrevistado em questão. Pode assumir qualquer valor natural.
- d) Estado Civil (Casado): mostra o número de entrevistados casados ou que possuem união estável. Essa variável assume o valor apenas quando o respondente confirma um dos dois casos.

- e) Renda Familiar: mostra a quantia em reais (R\$) que a família do entrevistado ganha por mês. Foram utilizados os valores absolutos apresentados pelos próprios entrevistados, de modo a obter a maior variação possível de tal variável.
- f) Classe Social: essa variável aparece apenas na análise das eleições presidenciais de 2006 e 2010, já que o questionário do ESEB 2002 não contemplou a medição da mesma. A escala dela vai de 1 a 3, aonde (1) corresponde a classe baixa, (2) a classe média e (3) a classe alta.
- g) Pessoas por Domicílio: mostra o número de indivíduos residentes na casa do entrevistado. Foram computadas respostas de 1 a 13 no ESEB 2002, de 1 a 16 no ESEB 2006 e de 1 a 14 no ESEB 2010.
- h) Cor do entrevistado: a categorização dessa variável foi feita utilizando a escala do IBGE de “branco/preto/pardo/amarelo/indígena” e o próprio entrevistado determinou a resposta. No caso da regressão foram utilizadas apenas as categorias “preto” e “pardo/moreno”, devido a baixa taxa de resposta das outras categorias. Tal variável não consta na pesquisa das eleições de 2006.
- i) Filiação a Sindicato: mostra o número de entrevistados que se dizem sindicalizados. Assume valor apenas quando a afirmação é verdadeira.
- j) Religião: foram selecionados os entrevistados que se dizem evangélicos e católicos. As duas maiores religiões do país em números.
- k) Tipo de trabalho: foram selecionados os respondentes que sejam funcionários públicos. Situação que tende a demonstrar forte influência devido ao tempo de governo petista.

A fim de medir o peso das variáveis de influência sobre o voto, este estudo utilizará as funções *logit* e *logit multinomial*, elaboradas a partir do *Clarify*, um programa desenvolvido por Gary King, Michael Tomz, and Jason Wittenberg (2000) da Universidade de Harvard que usa a simulação de Monte Carlo para converter a saída crua de procedimentos estatísticos em resultados de interesse direto para os pesquisadores, sem alterar pressupostos estatísticos e sem demandar novos modelos estatísticos. Esse programa é utilizado em conjunto com o *software* estatístico STATA.

A função *logit* ou *binary logit* é utilizada para estimar as probabilidades de ocorrência de uma variável dependente binária, denominada “voto2”, representado pelos candidatos de segundo turno das eleições do estudo - Lula e Serra em 2002, Lula e Alckmin em 2006, e Dilma e Serra em 2010. O teste é feito atribuindo valor 1 para eleitores petistas e 0

para os tucanos. Assim o programa simula a probabilidade da ocorrência da categoria base, que no caso do estudo são aqueles que votam no PT, conforme a seguinte fórmula:

$$1/(1 + e^{-X_c\tilde{\beta}}).$$

Já a função *mlogit* é utilizada para estimar as probabilidades de ocorrência da variável dependente multinomial, denominada “voto1”, que passa a assumir até quatro valores, criando uma análise focada nos candidatos de votação mais expressiva no primeiro turno das eleições presidenciais de 2002, 2006 e 2010, atribuindo como valor de base 1 o voto petista. A equação de probabilidade desse tipo de análise com número de “*K*” entradas é de:

$$\tilde{\text{Pr}}(y = j) = \frac{e^{X_c\tilde{\beta}_j}}{\sum_{k=1}^K e^{X_c\tilde{\beta}_k}}$$

Onde “*j*” é a categoria base, que no caso é o voto petista, sendo que o coeficiente  $\tilde{\beta}$  para essa categoria é igual a zero, e onde o “*K*” são os candidatos de primeiro turno, excluindo os petistas, das três eleições em análise.

Essas funções são utilizadas para a realização de quatro testes em cada eleição. O primeiro teste consiste basicamente em analisar o peso da variável identificação partidária nos votos do primeiro e segundo turno de cada eleição. Nessa regressão são utilizadas, além das variáveis de controle, as rejeições e as taxas de identificação dos partidos PT, PMDB e PSDB; e as variáveis “*avaliacao\_gov*” e “*id\_ideologica*”.

Já no segundo teste é avaliado o efeito condicional do conhecimento político sobre a identificação partidária. Para tanto são criados variáveis interativas, derivadas do produto das taxas de identificação partidária dos partidos analisados com a variável “conhecimento”. Assim são criadas as variáveis:

**Tabela 9 – Variáveis interativas**

Variável	Fórmula
<b>ip_pt_conhecimento</b>	ip_pt*conhecimento
<b>ip_pmdb_conhecimento</b>	ip_pmdb*conhecimento
<b>ip_psdb_conhecimento</b>	ip_psdb*conhecimento

O símbolo (\*) representa o operador de multiplicação.

A regressão deste teste ocorre da mesma forma do anterior, a única diferença é a inclusão dessas variáveis interativas.

Os terceiro e quarto testes seguem a mesma dinâmica desses dois primeiros, só que as taxas de identificação dos partidos são substituídas pelas taxas das coligações dos dois partidos que foram à segundo turno em cada eleição analisada. Por isso são retiradas a

rejeição e a IP do PMDB, que não participa com nenhum candidato no segundo turno dessas eleições. Assim é feito o teste de influência da identificação com as coligações sobre o voto do eleitor de cada candidato, e o possível efeito condicional da variável “conhecimento” sobre essas mesmas IP’s.

## CAPÍTULO III

### As eleições presidenciais brasileiras de 2002, 2006 e 2010 e o papel da identificação partidária

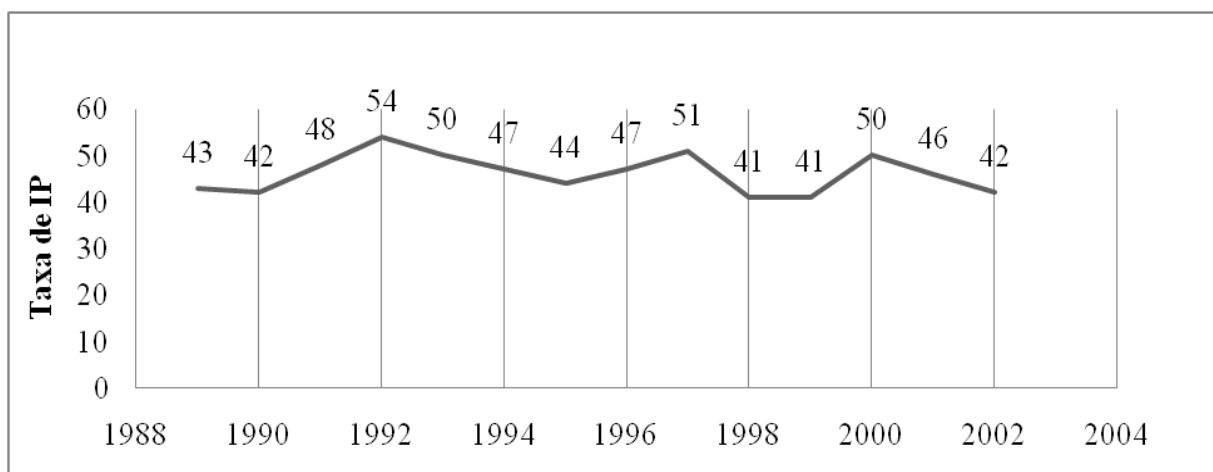
#### 2.1. A evolução da Identificação Partidária

Para entender melhor como se configura o papel da identificação partidária no comportamento eleitoral nacional é preciso compreender de que forma tal variável vêm se comportando e estruturando nos últimos anos, principalmente no atual sistema multipartidário que nos inserimos.

Para tanto utilizaremos primeiramente os dados de *survey* de estudos anteriores antes de analisar o foco deste trabalho, que é o período compreendido entre 2002 e 2010. Obter um período mais extenso para analisar o padrão de comportamento da IP é essencial para explicar qualquer teoria a respeito do assunto.

Os dados de Carreirão e Kinzo (2004), obtidos por meio do Instituto Datafolha, apontam uma possível estabilidade da variável, com oscilações pontuais em determinados períodos.

**Gráfico 1 – Evolução das taxas de Identificação Partidária – 1989-2002**



Fonte: Carreirão e Kinzo (2004). Elaboração própria.

Assim é possível aferir, em relação a esse determinado período, nenhuma tendência crescente ou descendente, mas uma possível estabilização da taxa entre 40% e 50%. Um resultado que vai contra as expectativas de crescimento da IP, já que o Brasil passa por uma experiência de competição partidário-eleitoral mais sólida e sem interrupções nos últimos anos, mas que pode trazer o sinal de uma possível consolidação da preferência partidária em determinadas camadas da sociedade, sofrendo apenas pequenas alterações ao longo do tempo.



Para os autores, Carreirão e Kinzo, essas oscilações ocorreriam devido a alguns fatores circunstanciais. Uma hipótese que se fundamenta na teoria de Fiorina (1981), que buscou compreender a variável identificação partidária como um fator constituído ao longo da socialização dos indivíduos, como afirma o Modelo de Michigan, mas que pode sofrer certa influência pela “bagagem política” e pela conjuntura em que o eleitor se encontra. Uma teoria divergente de grande parte da literatura, que afirma que a IP seria em grande parte provisória e dependente do contexto eleitoral.

Carreirão e Kinzo (2004) apontam que essas oscilações ocorrem principalmente em períodos de campanha e eleição, ocorrendo apenas variações pequenas e lentas fora desses períodos. E no caso dessas oscilações significativas elas correspondem quase sempre ao aumento ou queda das taxas de preferência de partidos de menor expressão ou às variações nas taxas dos dois partidos nacionais com maiores taxas de identificação partidária, PMDB e PT. Fato que pode ser atestado pelas conjunturas das campanhas eleitorais desse período de 1989 a 2002.

Na campanha eleitoral de Collor em 1989, a taxa de IP do PRN passou de 2% para 7% em março de 1990, e após o impeachment de Collor passou para apenas 0,5% em 1992. Na mesma época da campanha de Collor, o PMDB e o PFL tiveram quedas acentuadas nas suas taxas de preferência, algo que pode estar relacionado tanto com a liderança populista de Collor quanto com o descrédito dessas agremiações geradas pelo governo Sarney.

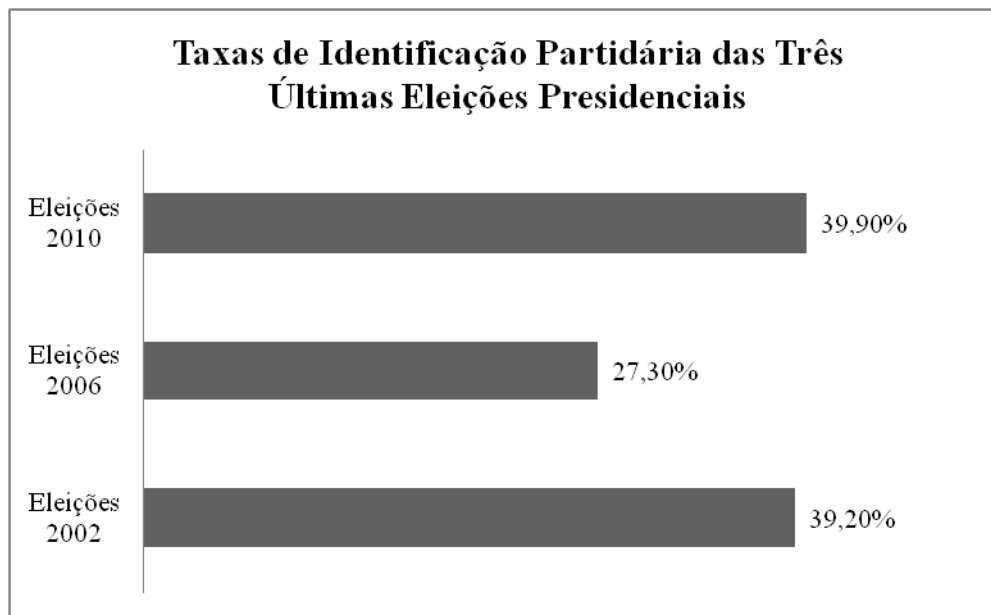
Outro exemplo de influência conjuntural é a campanha eleitoral de 1994, quando o PSDB passa de 3% em fevereiro para 6% em outubro em detrimento da ascensão de Fernando Henrique Cardoso e do sucesso do Plano Real.

A campanha de 1998 é marcada apenas pela queda da taxa de preferência do PMDB, que passou de 18% em março para 14% em maio. Já nas eleições de 2002, continua o declínio do PMDB, chegando a apenas 8% em outubro; o PFL (atual DEM) sofre um crescimento momentâneo durante o auge da campanha de Roseana Sarney, atingindo 9% em março e depois voltando para apenas 4% em agosto; o PSDB mantém sua taxa de preferência partidária; e o PT sofre um nítido aumento de IP, subindo de 15% em março para 21% em outubro de 2002.

Assim conforme os dados obtidos por Carreirão e Kinzo (2004) durante esse período de 1989 a 2002, com exceção da campanha de 1989, não haveria motivo para se crer que “a maior parte das novas identificações estabelecidas nos últimos processos eleitorais é pontual, fugaz, e formada em função da imagem dos candidatos” Silveira (1996:33).

Com relação aos dados obtidos através do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) a respeito da taxa de identificação partidária do período de 2002 a 2010, foco deste trabalho, é possível analisar que essa tendência se perpetua de certa maneira.

**Gráfico 2 – Taxas de IP – 2002, 2006 e 2010**



Fonte: ESEB 2002, 2006 e 2010. Elaboração própria.

As taxas de IP obtidas nesses três anos, somado o panorama das taxas do período de 1989 a 2002, corroboram para essa tendência de manutenção da taxa de identificação partidária no eleitorado brasileiro, com exceção do ano de 2006 que pode ter sido afetado tanto pelo problema da amostra, já que o ESEB 2006 teve uma amostra de apenas 1000 entrevistados em quanto os outros estudos tiveram uma amostra de mais de 2000; quanto pela situação política da época, em que o PT estava concorrendo à reeleição com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, líder de popularidade máxima na época.

Apesar de não se registrarem altas taxas nesse período, é possível aferir sim um grau razoável de estabilidade, com variações não muito bruscas nessas taxas. Os períodos de 1989 e 2006 são exceções no movimento da variável identificação partidária no Brasil no período de 1989 a 2010. São variações que com certeza devem ser estudadas, mas o foco deste trabalho é entender de forma geral como a variável IP se comportou nesse período recente de democracia brasileira, e os dados apontam uma possível consolidação das taxas de preferência no eleitorado nacional, contrariando a tendência internacional de queda acentuada das taxas de identificação.

Esse fato nos leva novamente a teoria de Fiorina (1981), pois essa tendência de conservação da taxa de identificação partidária no Brasil pode significar a possível criação de

raízes no eleitorado nacional. Em relação às variações, elas ocorreriam em momentos específicos, causadas em detrimento de fatos políticos isolados e de avaliações de ações governamentais pontuais.

## 2.2. As taxas de preferência das legendas nacionais

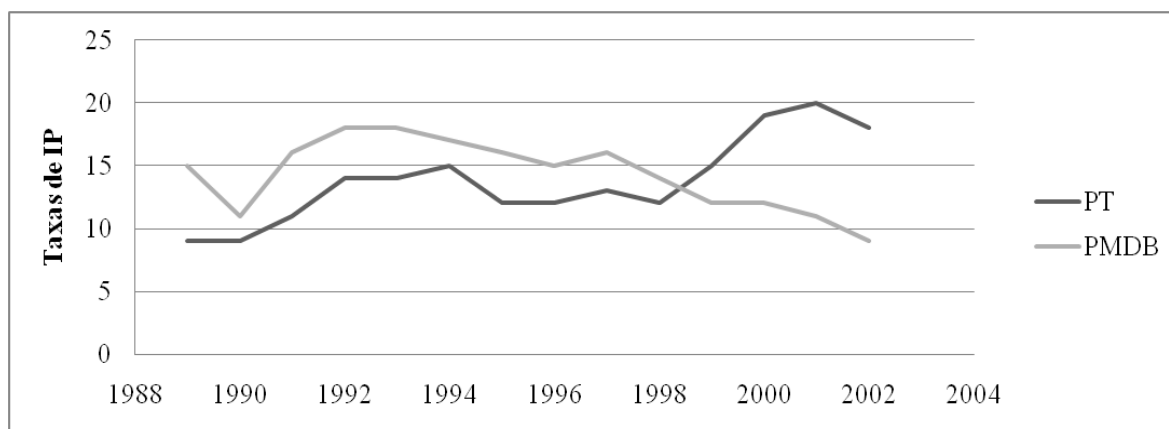
Durante o período de 1989 a 2002, analisado por Carreirão e Kinzo (2004), os dois únicos partidos que apresentaram taxas significativas de preferência partidária foram o PT e o PMDB. Outras legendas como PSDB, DEM (ex-PFL) e PDT tiveram algumas variações, mas nunca ultrapassaram a casa do primeiro dígito em suas taxas de preferência ao longo do período.

O PSDB nesse período tem uma pequena alta, passando de 1% em 1989 para 4% em 2002, o DEM (ex-PFL) sofre uma ligeira queda de 2 pontos percentuais e o PDT faz o movimento inverso do PSDB, passando de 4% para 1%.

O real destaque desse período é a flutuação das taxas de identificação partidária do PT e PMDB. O movimento das taxas desses dois partidos indica uma possível influência de aspectos conjunturais anteriormente vistos, como também apresenta uma possível idéia de consolidação da preferência partidária petista em determinada faixa sócio-econômica do eleitorado nacional e a perda da identidade do PMDB como partido representante de determinado estrato social ou defensor de alguma ideologia.

Pelo gráfico a seguir é possível notar uma clara ascensão da identificação partidária do PT e uma queda das taxas de IP do PMDB ao longo do período de 1989 a 2002.

**Gráfico 3 – Evolução da taxa de IP do PT e PMDB – 1989-2002**



Fonte: Carreirão e Kinzo (2004). Elaboração própria.

Para Carreirão e Kinzo (2004), esse quadro de variações está principalmente conectado com o impacto de fatores conjunturais desse período. Como, por exemplo, o caso

do PMDB, que em entre 1989 e 1990 teve uma grande queda em sua taxa de preferência devido ao grande desgaste do governo Sarney, provocado pelas altas taxas de inflação.

Já no caso do PT, a tendência de crescimento é interrompida em 1994, possivelmente por conta dos efeitos do Plano Real. Os autores avaliam que em períodos em que a avaliação do governo piora, como ao longo do governo Collor; após a desvalorização do real, no início de 1999; e no final do governo Fernando Henrique; o PT tende a ter uma tendência de crescimento maior. O movimento inverso ocorreria em períodos de boa avaliação do governo, como durante o período do 1º mandato de Fernando Henrique Cardoso; ou em momentos pré-eleitorais com a aparição de fortes candidatos de outros partidos, como nos casos de 1989 e 1994.

Outro ponto importante para a compreensão dessa flutuação, e que não foi abordado por Carreirão e Kinzo, desrespeito a um traço importante da teoria de Fiorina (1981), que é a questão do fortalecimento da IP por conta da defesa recorrente dos interesses de determinado estrato social. O PT, ao longo desse período de 1989 a 2002, foi construindo aos poucos a sua bandeira de apoio irrestrito aos estratos sociais mais baixos da sociedade brasileira, enquanto o PMDB procurou anular a sua identidade mais tradicional e popular em busca de voto nos mais diversos estratos sociais, se tornando um partido grande, mas sem uma ideologia clara.

Os dados de 2002, 2006 e 2010 apontam para a manutenção das taxas de identificação do PT, para a queda da preferência do PMDB e do PFL/DEM, e para um aumento da preferência do PSDB.

**Tabela 10 – Evolução das taxas de rejeição partidária das principais legendas nacionais – 2002, 2006 e 2010**

<b>Eleição 2002 (nº de observações: 2465)</b>	
<b>Partido</b>	<b>Taxa de Identificação Partidária</b>
PT	23,37%
PMDB	4,10%
PSDB	3,85%
DEM/PFL	2,07%
PDT	0,53%
PTB	0,45%
PC do B	0,12%

Outros	1,98%
NS/NR/NA	63,53%
<b>Eleição 2006 (nº de observações: 1000)</b>	
<b>Partido</b>	<b>Taxa de Identificação Partidária</b>
PT	17,10%
PMDB	3,60%
PSDB	3,40%
DEM/PFL	0,50%
PDT	0,70%
PTB	0,40%
PC do B	0,10%
Outros	1,10%
NS/NR/NA	73,10%
<b>Eleição 2010 (nº de observações: 2000)</b>	
<b>Partido</b>	<b>Taxa de Identificação Partidária</b>
PT	24,45%
PMDB	2,70%
PSDB	5,65%
DEM/PFL	0,50%
PDT	0,40%
PTB	0,05%
PC do B	0,20%
Outros	4,85%
NS/NR/NA	61,20%

Fonte: ESEB 2002, 2006 e 2010. Elaboração própria.

Essas taxas de identificação por legenda mostram claramente, apesar de algumas flutuações, que ações de apoio a determinados estratos sociais e a construção de perfis partidários vem funcionando como contrapeso, pelo menos no Brasil, à tendência mundial de queda da preferência partidária, contrariando os estudos de Dalton e Wattenberg (2002) e corroborando ainda mais com a teoria de Fiorina (1981).

Luciana Fernandes Veiga (2007) em seu artigo tenta justamente traçar um perfil do eleitor de cada legenda a fim de comprovar indícios dessa tendência. A autora percebe

traços importantes dos eleitores dos quatro partidos com maior identificação partidária nas eleições de 2002 e 2006.

No estudo é avaliada a questão da renda familiar mensal, da escolaridade, da idade média, e até mesmo do auto-posicionamento ideológico, a fim de se construir um determinado perfil. Alguns parâmetros principais serão abordados neste estudo, dentre eles a renda familiar e a escolaridade, já que essas possuem maior afinidade com a construção de um perfil sócio-econômico, alvo da nossa teoria central.

A seguir a tabela com os dados a respeito da renda familiar mensal por identidade partidária observadas no ESESB 2002 e ESEB 2006, além da inclusão dos dados do ESEB 2010.

**Tabela 11 - Porcentagem de cada identidade partidária pelas três principais faixas de renda mensal**

<b>Renda familiar – Até 2 SM</b>			
<b>Partido</b>	<b>2002</b>	<b>2006</b>	<b>2010</b>
<b>PT</b>	19,46%	26,98%	48,33%
<b>PSDB</b>	22,22%	33,33%	41,28%
<b>PMDB</b>	47,06%	33,34%	41,51%
<b>DEM/PFL</b>	31,25%	-	50%
<b>Renda familiar – De 2 SM a 10 SM</b>			
<b>Partido</b>	<b>2002</b>	<b>2006</b>	<b>2010</b>
<b>PT</b>	69,73%	68,26%	48,32%
<b>PSDB</b>	51,11%	55,55%	48,63%
<b>PMDB</b>	52,94%	46,66%	56,6%
<b>DEM/PFL</b>	53,13%	-	40%
<b>Renda familiar – Mais de 10 SM</b>			
<b>Partido</b>	<b>2002</b>	<b>2006</b>	<b>2010</b>
<b>PT</b>	10,81%	4,76%	3,35%
<b>PSDB</b>	26,67%	11,12%	10,09%
<b>PMDB</b>	-	20%	1,89%
<b>DEM/PFL</b>	15,63%	-	10%

Teste do Chi-Square: Sig. 0,000 em 2002 , 0.875 em 2006 e 0.323 em 2010. Fonte: ESEB 2002, 2006 e 2010

**Tabela 12 - Renda Familiar Média em R\$ por Identidade Partidária nos anos de 2002, 2006 e 2010**

<b>Partido</b>	<b>2002</b>	<b>2006</b>	<b>2010</b>
<b>PT</b>	1182,67	966,50	1649,14
<b>PSDB</b>	1651,92	1956,81	2189,94
<b>PMDB</b>	578,81	1302,77	1673,33
<b>DEM/PFL</b>	797,48	823,33	2681,11
<b>Média IP</b>	1110,22	1153,72	1803,11
<b>Média Total</b>	1029,48	1065,10	1780,46

Fonte: ESEB 2002, 2006 e 2010. Elaboração própria.

No caso do PT fica claro o aumento da participação dos eleitores de menor renda, chegando a quase um aumento de 29 pontos na faixa de renda mensal de até 2 salários mínimos e a queda de mais de 7 pontos na faixa de renda de mais de 10 salários mínimos. Além disso, o PT apresenta o menor valor de renda mensal por identificação partidária na eleição de 2010. Demonstrando essa tendência de associação dos últimos governos com determinada faixa sócio-econômica e com a busca de beneficiar estratos sociais menos favorecidas através de inúmeros programas de apoio e de transferência de renda.

O PSDB também apresenta um crescimento na faixa de menor renda, apesar de manter as maiores taxas de participação na faixa de maior renda e o maior valor de renda mensal por identidade partidária nas eleições de 2002 e 2006. Algo que pode estar relacionado com a mudança de postura do partido de buscar maior apoio nessa faixa sócio-econômica, ignorada durante muito tempo pelo partido e que vem exercendo maior presença no eleitorado nacional, conforme os níveis de renda aumentam no país e a mobilidade social cresce.

Os dados do DEM/PFL e do PMDB já não estão muitos precisos. O que dá pra inferir do quadro é uma possível queda da participação do PMDB na faixa de menor renda mensal, uma maior renda mensal média, e uma forte concentração na faixa intermediária. Além da sua substituição no posto de menor valor de renda familiar mensal por outros partidos a partir do ano de 2006.

Quanto ao DEM/PFL, devido ao baixo número de respondentes, é difícil fazer alguma observação segura em relação aos dados de participação nas faixas de renda familiar. No entanto é possível notar que o valor mensal entre os eleitores que se identificam com o DEM/PFL teve um aumento substancial nos últimos 10 anos, assumindo o maior valor de renda familiar mensal no ano de 2010.

Em relação aos dados referentes à escolaridade, a situação é extremamente parecida com o caso da renda familiar mensal apresentado anteriormente.

**Tabela 13 - Porcentagem da identidade partidária por faixa de escolaridade**

<b>Partido PT</b>			
<b>Escolaridade</b>	<b>2002</b>	<b>2006</b>	<b>2010</b>
<b>Analfabeto/Primário Incompleto</b>	15,07%	22,81%	16,97%
<b>Ensino Fundamental Incompleto/Completo</b>	33,51%	39,77%	39,26%
<b>Ensino Médio Incompleto/Completo</b>	34,93%	31,58%	30,67%
<b>Ensino Superior Incompleto/Completo</b>	16,49%	5,85%	13,09%
<b>Partido PSDB</b>			
<b>Escolaridade</b>	<b>2002</b>	<b>2006</b>	<b>2010</b>
<b>Analfabeto/Primário Incompleto</b>	22,22%	17,65%	10,62%
<b>Ensino Fundamental Incompleto/Completo</b>	27,16%	14,71%	38,94%
<b>Ensino Médio Incompleto/Completo</b>	23,46%	38,24%	37,17%
<b>Ensino Superior Incompleto/Completo</b>	27,16%	29,41%	13,27%
<b>Partido PMDB</b>			
<b>Escolaridade</b>	<b>2002</b>	<b>2006</b>	<b>2010</b>
<b>Analfabeto/Primário Incompleto</b>	36,63%	16,67%	18,52%
<b>Ensino Fundamental Incompleto/Completo</b>	38,61%	47,22%	51,85%
<b>Ensino Médio Incompleto/Completo</b>	22,77%	30,56%	24,07%
<b>Ensino Superior</b>	1,98%	5,56%	5,56%



Incompleto/Completo			
<b>Partido DEM/PFL</b>			
Escolaridade	2002	2006	2010
Analfabeto/Primário Incompleto	27,45%	-	10%
Ensino Fundamental Incompleto/Completo	37,25%	80%	10%
Ensino Médio Incompleto/Completo	31,37%	20%	50%
Ensino Superior Incompleto/Completo	3,92%	-	30%

Teste do Chi-Square: Sig. 0,000 em 2002 , 0.006 em 2006 e 0.009 em 2010. Fonte: ESEB 2002, 2006 e 2010.

O PT teve um aumento nas faixas de escolaridade mais baixas, enquanto o PSDB se concentrou nas faixas intermediárias. Refletindo a forte conquista petista dos estratos sociais menos favorecidos, e a tentativa dos tucanos de melhorar sua visibilidade em outras faixas sociais abaixo daquela em que sempre esteve acostumado a ter apoio. Talvez por isso a queda da faixa de escolaridade do PSDB nos três últimos pleitos.

**Tabela 14 - Moda para todos os partidos e escolaridade – 2002, 2006 e 2010**

<b>Partido PT</b>			
Ano	2002	2006	2010
Escolaridade	Terceiro ano do 2º grau/Segundo grau completo	Analfabeto/Primário Incompleto	Colegial completo (3ª série do ensino médio)
<b>Partido PSDB</b>			
Ano	2002	2006	2010
Escolaridade	Ensino Superior	Colégio completo	Colegial completo (3ª série do ensino médio)
<b>Partido PMDB</b>			
Ano	2002	2006	2010
Escolaridade	Primário completo	Ginásio incompleto/completo	Primário completo

<b>Partido DEM/PFL</b>			
<b>Ano</b>	<b>2002</b>	<b>2006</b>	<b>2010</b>
<b>Escolaridade</b>	Terceiro ano do 2º grau/Segundo grau completo	Primário completo/ Ginásio incompleto	Colegial completo (3ª série do ensino médio)

Teste do Chi-Square: Sig. 0,000 em 2002 , 0.062 em 2006 e 0.005 em 2010. Fonte: ESEB 2002, 2006 e 2010

Já o PMDB que detinha uma forte presença na faixa de escolaridade mais baixa, foi cada vez mais perdendo essa identidade e assumindo faixas de escolaridade mais altas, subindo mais de 13 pontos na faixa de Ensino Fundamental Incompleto/Completo e quase 4 pontos no Ensino Superior Incompleto/Completo. O DEM/PFL novamente não possui dados conclusivos devido à baixa taxa de entrevistados.

Quanto aos parâmetros de idade média e auto-localização ideológica, o destaque é o DEM/PFL que vem apresentando um perfil de identidade partidária mais jovem, além de apresentar a menor nota de posicionamento esquerda/direita entre os quatro partidos, incluindo o PT. Os outros partidos sofrem um leve aumento, tanto na idade média quanto no posicionamento ideológico.

**Tabela 15 - Idade Média por Identidade Partidária - 2002, 2006 e 2010**

<b>Idade Média por Identidade Partidária nos anos de 2002, 2006 e 2010</b>			
<b>Partido</b>	<b>2002</b>	<b>2006</b>	<b>2010</b>
<b>PT</b>	36	39	41
<b>PSDB</b>	39	35	41
<b>PMDB</b>	43	40	48
<b>DEM/PFL</b>	41	37	36
<b>Média IP</b>	39	39	41
<b>Média Total</b>	39	38	41

Fonte: ESEB 2002, 2006 e 2010. Elaboração própria.

**Tabela 16 – Auto-localização pelo eleitor na escala esquerda (0) e direita (10) por identidade partidária – 2002, 2006 e 2010**

<b>Partido PT</b>			
<b>Ano</b>	<b>2002</b>	<b>2006</b>	<b>2010</b>
<b>Nota</b>	4.93	5.60	6.05

<b>Partido PSDB</b>			
<b>Ano</b>	<b>2002</b>	<b>2006</b>	<b>2010</b>
<b>Nota</b>	6.5	6.2	7.67
<b>Partido PMDB</b>			
<b>Ano</b>	<b>2002</b>	<b>2006</b>	<b>2010</b>
<b>Nota</b>	8.34	6.62	8.02
<b>Partido DEM/PFL</b>			
<b>Ano</b>	<b>2002</b>	<b>2006</b>	<b>2010</b>
<b>Nota</b>	7.24	7.0	5.2
<b>Média IP</b>	5.75	5.81	6.32
<b>Média Total de cada ano</b>	6.17	6.08	6.35

Fonte: ESEB 2002, 2006 e 2010. Elaboração própria.

Em linhas gerais, o perfil do eleitor que se identifica com algum partido vem se alterando drasticamente nesses três últimos pleitos. O perfil da identidade partidária petista se tornou um pouco mais conservador e ao mesmo tempo ganhou uma grande representação nas faixas de renda mensal inferior. Já os tucanos apresentaram um perfil ainda elitista, mas que apresenta mais espaço entre classes sociais de menor renda e escolaridade.

O DEM/PFL apresentou um perfil menos direitista e mais jovem, apesar de ter aumentado sua participação dentro das faixas de maior renda familiar. E o PMDB manteve sua posição direitista e sua idade média elevada, mas perdeu espaço nas faixas de menor escolaridade e renda, aonde dominava, e agora concentra sua força na classe média.

### 2.3. O papel da Identificação Partidária no voto

Além de analisar o comportamento da variável identificação e tentar desvendar qual é o seu perfil nos últimos anos, para compreender totalmente tal variável é necessário saber se ela realmente pesa no voto do eleitor, e se esse peso vem perdendo ou ganhando espaço ao longo dos anos. Só existe sentido em estudar de fato a preferência partidária, pelo menos como variável do comportamento eleitoral, se ela tiver peso na hora do eleitor escolher o seu candidato.

Para tanto foi criado uma modelo de análise com base em uma regressão multinomial e binomial logística a fim de medir essa influência. Foram analisados os pesos

de variáveis como a identificação e a rejeição partidária dos partidos PT, PSDB e PMDB, legendas com taxas de IP mais significativas; a auto-localização ideológica dos respondentes; o nível de conhecimento político; a avaliação do governo anterior à eleição; e até mesmo a preferência partidária das duas principais coligações do pleito.

Para melhor percepção da influência de cada variável foram realizados quatro testes separados entre si. O primeiro teste faz uma análise simples do peso da IP das três legendas, o segundo testa o efeito condicional do conhecimento político sobre a primeira análise, o terceiro mede o peso das coligações, e por último, é verificado novamente o efeito condicional, só que sobre o terceiro teste e não o primeiro. Outros detalhes do modelo se encontram no Capítulo II, como a disposição e a descrição das variáveis dependentes, independentes e de controle, além do modelo matemático estatístico empregado.

**Tabela 17 – Coeficientes da regressão multinominal e binominal logística – Eleições 2002**

Tabela de Coeficientes				
Variável	Eleição 2002			
	1º Turno (Base Outcome: Voto PT)			2º Turno
	voto1=2 (Serra)	voto1=3 (Garotinho)	voto1=4 (Ciro)	voto2=1 (Lula)
<b>Teste 1 – Identificação Partidária (Mlogit: Pseudo R<sup>2</sup>= 0.352, n= 454   Logit: Pseudo R<sup>2</sup>= 0.443, n= 452)</b>				
rejeicao_pt	2.892** (.473)	2.265** (.636)	3.183** (.565)	-3.652** (.433)
rejeicao_psdb	-.926* (.361)	-1.394* (.459)	-.990 (.519)	.551 (.344)
rejeicao_pmdb	-.573 (.359)	.116 (.417)	-.095 (.482)	.410 (.341)
avaliacao_gov	.750** (.212)	-.086 (.251)	-.197 (.276)	-.584* (.198)
ip_pt	-1.666** (.519)	-.416 (.474)	-2.556* (1.072)	1.134* (.455)
ip_psdb	1.390 (.869)	1.436 (1.026)	1.207 (1.036)	-1.516* (.747)
ip_pmdb	-.073 (.605)	1.256 (.503)	-.140 (.884)	-.302 (.608)
id_ideologica	.132* (.051)	.066 (.058)	.029 (.068)	-.159* (.050)
<b>Teste 2 - Efeito condicional do conhecimento político na IP (Mlogit: Pseudo R<sup>2</sup>= 0.368, n= 454   Logit: Pseudo R<sup>2</sup>= 0.447, n= 452)</b>				
rejeicao_pt	2.924** (.483)	2.292** (.651)	3.212** (.574)	-3.648** (.437)
rejeicao_psdb	-.897* (.374)	-1.417* (.469)	-.899 (.546)	.551 (.355)
rejeicao_pmdb	-.601 (.365)	.049 (.421)	-.103 (.490)	.404 (.342)
avaliacao_gov	.758** (.214)	-.068 (.257)	-.175 (.286)	-.582* (.198)
ip_pt	-1.289 (1.196)	-1.236 (1.074)	1.019 (1.291)	1.282 (1.055)
ip_psdb	7.303 (5.305)	.956 (5.578)	5.309 (5.495)	-4.281 (2.772)

ip_pmdb	.294 (.878)	-1.412 (2.436)	-.843 (1.524)	-.276 (.889)
id_ideologica	.149* (.052)	.072 (.060)	.030 (.070)	-.163** (.051)
conhecimento	.152 (.168)	-.019 (.220)	.155 (.228)	-.080 (.158)
ip_pt_conhecimento	-.181 (.459)	.334 (.388)	-13.076 (356.289)	-.039 (.377)
ip_psd_b_conhecimento	-2.02 (1.55)	.188 (1.609)	-1.319 (1.605)	.978 (.845)
ip_pmdb_conhecimento	-.216 (.493)	.277 (.890)	.358 (.626)	-.034 (.463)
<b>Teste 3 - IP como Coligação (Mlogit: Pseudo R<sup>2</sup>= 0.350, n= 454   Logit: Pseudo R<sup>2</sup>= 0.438, n= 448)</b>				
rejeicao_pt	2.894** (.470)	2.307** (.632)	3.284** (.570)	-3.642** (.431)
rejeicao_psd_b	-1.001* (.356)	-1.447** (.454)	-1.092* (.517)	.620 (.341)
avaliacao_gov	.743** (.211)	-.106 (.244)	-.216 (.281)	-.579* (.199)
coligacao_pt	-1.729** (.519)	-.265 (.467)	-2.514* (1.081)	1.231* (.455)
coligacao_psd_b	.567 (.482)	.432 (.704)	.378 (.662)	-.847 (.468)
id_ideologica	.124* (.051)	.059 (.057)	.037 (.070)	-.146* (.050)
<b>Teste 4 - Efeito condicional do conhecimento político na Coligação (Mlogit: Pseudo R<sup>2</sup>= 0.364, n= 454   Logit: Pseudo R<sup>2</sup>= 0.438, n= 448)</b>				
rejeicao_pt	2.922** (.476)	2.296** (.645)	3.294** (.578)	-3.634** (.433)
rejeicao_psd_b	-.981* (.365)	-1.458* (.462)	-1.035 (.540)	.595 (.349)
avaliacao_gov	.754** (.212)	-.072 (.252)	-.207 (.289)	-.586* (.199)
coligacao_pt	-1.437 (1.164)	-1.481 (1.067)	.976 (1.292)	1.361 (1.029)
coligacao_psd_b	.980 (.757)	-2.167 (2.142)	-.449 (1.311)	-.947 (.756)
id_ideologica	.136* (.052)	.069 (.060)	.041 (.071)	-.149* (.050)
conhecimento	.101 (.165)	-.086 (.220)	.113 (.225)	-.055 (.157)
coligacao_pt_conhecimento	-.134 (.443)	.486 (.380)	13.612 (497.428)	-.038 (.363)
coligacao_psd_b_conhecimento	-.211 (.348)	.958 (.689)	.337 (.482)	.056 (.325)

Nota: Erros-padrão estimados entre parênteses. \*\*p<0.001 \*p<0.05. Fonte: ESEB 2002. Elaboração própria.

Pela tabela de coeficientes das eleições presidenciais de 2010 é possível notar primeiramente um forte impacto do variável rejeição partidária petista nos dois turnos da eleição, sempre favorecendo os candidatos oposicionistas ao PT e prejudicando o candidato Luiz Inácio Lula da Silva no 2º Turno. O mais favorecido por tal efeito dessa variável é o candidato Ciro Gomes do PPS, situação que contraria a falsa idéia de que tal variável contribuiria com a candidatura de José Serra do PSDB, partido de maior oposição e rivalidade em relação ao PT. A rejeição aos tucanos também tem certo impacto, apesar de ser bem

menor do que o efeito causado pela rejeição petista, prejudicando todos os candidatos opositoristas ao PT no 1º turno e favorecendo muito pouco o candidato Lula no 2º turno. A rejeição ao PMDB não tem efeito expressivo em nenhum dos cenários.

Outro destaque fica por conta da variável identificação partidária petista, tanto como legenda quanto como coligação, seu peso é evidente nos dois turnos, prejudicando principalmente os candidatos José Serra e Ciro Gomes no 1º turno e favorecendo em certo grau o candidato Lula no 2º turno. A grande surpresa dessa constatação é o maior efeito negativo em cima do candidato Ciro e não sobre o candidato Serra quando não realizado testes com o efeito condicional do conhecimento político, e a inversão desses valores quando realizado o teste com a variável “conhecimento”.

As variáveis de avaliação do governo anterior, no caso o governo Fernando Henrique Cardoso, e auto-localização ideológica também geram efeitos notórios sobre a amostra, beneficiando o candidato Serra e prejudicando o candidato Lula em todos os testes. Fato já esperado devido a FHC pertencer ao mesmo partido do candidato Serra, e pelo fato dos tucanos assumirem uma posição mais direitista em relação aos partidos que concorriam à Presidência da República na época, além do fato de sua coligação abranger um partido de forte perfil direitista em 2002 como o PMDB.

**Tabela 18 – Coeficientes da regressão multinominal e binominal logística – Eleições 2006**

Tabela de Coeficientes			
Variável	Eleição 2006		
	1º Turno (Base Outcome: Voto PT)		2º Turno
	voto1=2 (Alckmin)	voto1=3 (Heloísa Helena)	voto2=1 (Lula)
<b>Teste 1 – Identificação Partidária (Pseudo R<sup>2</sup> do mlogit: Pseudo R<sup>2</sup> do logit: )</b>			
rejeicao_pt	4.754** (1.066)	1.792 (1.053)	-3.362** (.710)
rejeicao_psd	-2.057* (.817)	.911 (1.038)	1.539* (.658)
rejeicao_pmdb	-4.089** (1.160)	-2.006 (1.125)	1.814* (.785)
avaliacao_gov	-2.23** (.655)	-2.057* (.824)	1.847** (.491)
ip_pt	-20.629 (1476.62)	-19.716 (2510.091)	2.643 (1.354)
ip_psd	1.616 (1.515)	-1.408 (2.305)	-1.225 (1.243)
ip_pmdb	.919 (1.189)	1.048 (1.710)	-1.468 (.966)
id_ideologica	.261* (.121)	.154 (.184)	-.085 (.100)
<b>Teste 2 - Efeito condicional do conhecimento político na IP (Mlogit: Pseudo R<sup>2</sup>=0.674, n=239   Logit: Pseudo R<sup>2</sup>=0.668, n=234)</b>			
rejeicao_pt	4.818** (1.111)	2.285* (1.111)	-3.921** (.845)

rejeicao_psd	-1.873* (.867)	1.025 (1.099)	1.457* (.743)
rejeicao_pmdb	-4.222** (1.223)	-2.206 (1.226)	2.221* (.911)
avaliacao_gov	-2.121** (.664)	-2.470* (.925)	1.891** (.533)
ip_pt	-23.327 (4747.526)	-16.819 (9121.112)	6.573 (4.158)
ip_psd	7.459 (4.137)	87.431 (21725.39)	-6.086 (3.605)
ip_pmdb	1.012 (3.768)	5.036 (3.798)	-4.041 (2.815)
id_ideologica	.312* (.134)	.160 (.201)	-.210 (.122)
conhecimento	.308 (.236)	-.058 (.363)	-.630* (.229)
ip_pt_conhecimento	.658 (1077.884)	-.733 (1994.915)	-.872 (.763)
ip_psd_conhecimento	-1.239 (.813)	-33.980 (8072.157)	1.113 (.756)
ip_pmdb_conhecimento	-.095 (.884)	-1.209 (1.080)	.687 (.713)
<b>Teste 3 - IP como Coligação (Mlogit: Pseudo R<sup>2</sup>=0.592, n=239   Logit: Pseudo R<sup>2</sup>=0.575, n=234)</b>			
rejeicao_pt	3.580** (.757)	1.485 (.932)	-3.187** (.637)
rejeicao_psd	-3.074** (.784)	.020 (.930)	2.103** (.623)
avaliacao_gov	-1.853** (.498)	-1.720* (.732)	1.783** (.450)
coligacao_pt	-18.731 (1224.569)	-19.265 (1983.978)	2.769* (1.286)
coligacao_psd	-.546 (1.154)	-2.320 (1.997)	-.244 (1.137)
id_ideologica	.184 (.104)	.094 (.168)	-.059 (.096)
<b>Teste 4 - Efeito condicional do conhecimento político na Coligação (Mlogit: Pseudo R<sup>2</sup>=0.608, n=239   Logit: Pseudo R<sup>2</sup>=0.623, n=234)</b>			
rejeicao_pt	3.478** (.765)	1.918* (.968)	-3.506** (.737)
rejeicao_psd	-2.770** (.784)	-.079 (.921)	2.251** (.693)
avaliacao_gov	-1.713** (.497)	-2.142* (.815)	1.725** (.469)
coligacao_pt	-21.264 (95149.026)	-16.928 (8319.596)	7.350 (4.771)
coligacao_psd	1.258 (3.589)	82.358 (15304.96)	-3.346 (3.333)
id_ideologica	.209 (.110)	.025 (.174)	-.174 (.112)
conhecimento	.296 (.200)	-.239 (.339)	-.530* (.209)
coligacao_pt_conhecimento	.549 (1260.964)	-.609 (1838.447)	-1.010 (.831)
coligacao_psd_conhecimento	-.413 (.728)	-33.109 (5968.891)	.770 (.713)

Nota: Erros-padrão estimados entre parênteses. \*\*p<0.001 \*p<0.05. Fonte: ESEB 2006. Elaboração própria.

Nas eleições presidenciais de 2006 as rejeições partidárias dos três partidos assumem papel expressivo, em oposição aos efeitos das identificações partidárias tanto de legendas quanto de coligações, que exercem papel menos efetivo.

A rejeição ao Partido dos Trabalhadores em todos os casos beneficia claramente o candidato Geraldo Alckmin do PSDB enquanto atrapalha fortemente o voto no candidato petista Lula, gerando em alguns casos efeitos positivos significantes no voto confiado à candidata Heloísa Helena do PSOL, legenda dissidente do PT.

Em relação às variáveis “avaliação do governo anterior” e “identidade ideológica” os efeitos não são tão expressivos e nem tão pouco inesperados. A identidade ideológica mais direitista continua a beneficiar o PSDB em detrimento dos outros candidatos, enquanto a melhor avaliação do governo petista anterior beneficia a reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva e prejudica o voto no candidato tucano.

Um fato curioso é o maior efeito negativo da variável conhecimento político sobre o voto do eleitor no candidato Lula, que também se apresenta na eleição presidencial de 2002, mas que se torna mais expressivo nessa eleição de 2006, e até mesmo em casos em que o eleitor apresenta identidade partidária petista.

**Tabela 19 – Coeficientes da regressão multinominal e binominal logística – Eleições 2010**

Tabela de Coeficientes			
Variável	Eleição 2010		
	1º Turno (Base Outcome: Voto PT)		2º Turno
	voto1=2 (Serra)	voto1=3 (Marina)	voto2=1 (Dilma)
<b>Teste 1 – Identificação Partidária (Mlogit: Pseudo <math>R^2=0.329</math>, n=912   Logit: Pseudo <math>R^2=0.459</math>, n=897)</b>			
rejeicao_pt	3.082** (.455)	2.696** (.465)	-2.985** (.384)
rejeicao_psdb	-2.847** (.352)	-.651* (.237)	2.469** (.313)
rejeicao_pmdb	.534 (.286)	.158 (.256)	-.257 (.274)
avaliacao_gov	-1.291** (.215)	-1.029** (.207)	1.130** (.210)
ip_pt	-1.635** (.318)	-.915** (.251)	1.130** (.274)
ip_psdb	1.557* (.602)	.652 (.663)	-2.586** (.661)
ip_pmdb	-.733 (.545)	-.821 (.714)	.804 (.510)
id_ideologica	.120* (.038)	.025 (.034)	-.129** (.037)
<b>Teste 2 - Efeito condicional do conhecimento político na IP (Mlogit: Pseudo <math>R^2=0.340</math>, n=912   Logit: Pseudo <math>R^2=0.469</math>, n=897)</b>			
rejeicao_pt	2.999** (.464)	2.632** (.473)	-2.909** (.392)
rejeicao_psdb	-2.814**	-.596*	2.466**



	(.352)	(.240)	(.316)
rejeicao_pmdb	.541 (.289)	.171 (.259)	-.280 (.278)
avaliacao_gov	-1.268** (.217)	-1.031** (.210)	1.114** (.212)
ip_pt	-1.064 (1.024)	1.147 (.735)	-.584 (.836)
ip_psdب	2.131 (1.967)	-1.62 (2.377)	-2.205 (2.088)
ip_pmdb	-4.020 (2.087)	-.887 (2.415)	2.319 (1.567)
id_ideologica	.131** (.040)	.008 (.037)	-.138** (.039)
conhecimento	.097 (.050)	.046 (.052)	-.125* (.047)
ip_pt_conhecimento	-.076 (.142)	-.295* (.102)	.258* (.123)
ip_psdب_conhecimento	-.059 (.256)	.265 (.292)	-.061 (.298)
ip_pmdb_conhecimento	.473 (.293)	.067 (.352)	-.204 (.198)
<b>Teste 3 - IP como Coligação (Mlogit: Pseudo R<sup>2</sup>=0.327, n=912   Logit: Pseudo R<sup>2</sup>=0.458, n=897)</b>			
rejeicao_pt	3.240** (.448)	2.740** (.454)	-3.046** (.373)
rejeicao_psdب	-2.654** (.330)	-.579* (.220)	2.395** (.295)
avaliacao_gov	-1.265** (.214)	-1.004** (.208)	1.118** (.209)
coligacao_pt	-1.302** (.264)	-.943** (.240)	.994** (.242)
coligacao_psdب	1.649* (.544)	.838 (.583)	-2.308** (.538)
id_ideologica	.129** (.038)	.027 (.034)	-.134** (.037)
<b>Teste 4 - Efeito condicional do conhecimento político na Coligação (Mlogit: Pseudo R<sup>2</sup>= 0.337, n=912   Logit: Pseudo R<sup>2</sup>= 0.464, n=897)</b>			
rejeicao_pt	3.181** (.454)	2.745** (.462)	-2.977** (.378)
rejeicao_psdب	-2.647** (.329)	-.505* (.222)	2.406** (.296)
avaliacao_gov	-1.265** (.216)	-1.000** (.210)	1.118** (.211)
coligacao_pt	-1.953* (.861)	1.112 (.706)	.485 (.719)
coligacao_psdب	1.844 (1.811)	-.343 (1.959)	-1.206 (1.817)
id_ideologica	.145** (.040)	.017 (.037)	-.148** (.038)
conhecimento	.092 (.051)	.058 (.053)	-.117* (.048)
coligacao_pt_conhecimento	.087 (.111)	-.291* (.097)	.074 (.096)
coligacao_psdب_conhecimento	-.015 (.239)	.148 (.255)	-.166 (.268)

Nota: Erros-padrão estimados entre parênteses. \*\*p<0.001 \*p<0.05. Fonte: ESEB 2010. Elaboração própria.

Já nessa eleição de 2010 as variáveis tanto de rejeição partidária quanto de identificação partidária do PT e do PSDB exerceram papel bastante expressivo. A rejeição petista continua a prejudicar o candidato petista, que no caso é Dilma Rousseff, e a beneficiar os outros candidatos de outras legendas, mas o efeito curioso ocorre justamente no caso da rejeição ao PSDB, que além de prejudicar seu candidato José Serra, também gera efeito negativo em relação ao voto do outro candidato que concorre contra o PT, no caso Marina Silva do PV. Algo que não havia ocorrido nas eleições presidenciais de 2006.

A identificação partidária volta novamente a ter um peso importante nessa eleição, diferentemente do que ocorreu em 2006, dando destaque para as identidades partidárias do PT e do PSDB, e suas respectivas coligações. A identificação com o PT continua a beneficiar seu candidato em detrimento dos outros candidatos, enquanto surge uma novidade em relação à identidade partidária tucana, que agora não apenas prejudica a candidata petista como também beneficia expressivamente o candidato do seu partido, José Serra.

A respeito das variáveis “avaliação do governo anterior” e “identidade ideológica”, elas também voltam a exercer efeito significativo sobre o voto. A boa avaliação do governo Lula beneficia a candidata Dilma enquanto prejudica os outros candidatos, e a identidade ideológica mais direitista continua a beneficiar os tucanos em relação aos petistas, afetando muito pouco o voto em Marina Silva.

A variável “conhecimento político” continua a exercer papel negativo em relação ao voto no candidato petista, mas nessa eleição seu efeito é anulado pela identificação partidária. Um fato que pode estar correlacionado com essa presença mais forte da identificação partidária nessa eleição.

## Considerações Finais

O objetivo central deste estudo, como foi explicitado no Capítulo I, é a compreensão da identificação partidária em seus diversos aspectos durante os três últimos pleitos presidenciais, e a identificação de possíveis tendências ou divergências com estudos nacionais anteriores. Para tanto foram priorizados três aspectos essenciais de tal variável, e que invariavelmente são os mais estudados, que são: *as taxas e a evolução da identificação partidária; perspectivas de estruturação da identificação partidária; e a relação entre identificação partidária e voto*. Esses são aspectos que buscam compreender tanto a robustez da identificação partidária nacional quanto a suas raízes e possíveis direções.

Em relação ao primeiro aspecto, os resultados apresentados nessas três últimas eleições presidenciais e confrontados com estudos anteriores, principalmente com o estudo de Carreirão e Kinzo (2004), apontam para uma possível tendência de estabilização da taxa de identificação partidária, apesar da uma pequena queda na média das taxas. É evidente que os dados de 2006 representam uma queda nas taxas de IP, mas com a normalização da taxa em 2010 é possível compreender essa queda como algo passageiro e relacionado ao momento de avaliação. Seria o caso de uma “perturbação circunstancial” na estrutura partidária nacional, algo já preconizado pelos estudos de Reis e Castro (1992). Além desse fato, existe um problema relacionado com a diferença dos tamanhos das amostras analisadas em cada estudo, pois o ESEB 2006 conta apenas com 1000 entrevistados, número bem inferior às demais pesquisas de 2002 e 2010, que possuem uma amostra de 2514 e 2000 respectivamente.

Existem inúmeros fatores que podem ter causado essa oscilação na taxa, desde a questão de se tratar de uma reeleição, fato que se assemelha a eleição de 1998, aonde ocorreu também uma queda na taxa de preferência partidária; até a influência da participação de um candidato com alta popularidade, como detinha Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições de 2006. Seria necessário um estudo mais aprofundado e específico pra determinar a causa de tal “perturbação”, mas é claramente notável que tais aspectos conjunturais devem ter influenciado a medição.

A média de taxa de identificação partidária de 1989-2002 foi de 46%, e com a inclusão das medições de 2006 e 2010, a média baixa menos de 2 pontos percentuais, chegando a 44,5% de preferência partidária. Uma redução muito baixa, ainda mais se comparada com as taxas de identificação partidária de outros países. Uma situação que contraria a alta tendência declinante da identificação partidária pelo mundo, defendida por

Baquero (1996) e por Dalton e Wattenberg (2002), e que propõe uma possível estruturação dessa variável na recente e atual democracia brasileira.

A estruturação da identificação partidária no Brasil tem íntima ligação com as taxas de IP de suas principais legendas e com a formação dos perfis de cada identidade partidária. No Brasil, desde as primeiras medições de 1989, as maiores taxas de preferência sempre pertenceram ao PT e ao PMDB, que foram os dois únicos partidos nacionais que apresentaram taxas com dois dígitos ao menos nesse período de 1989 a 2002. Esses dois partidos que se encontravam em situação oposta em 1989, aonde o PMDB detinha 15% contra 9% do PT, hoje assumem posições bem diferentes. O PT detém a maior taxa de identificação partidária com cerca de 24,45% contra apenas 2,70% do PMDB, que perdeu o seu segundo lugar entre as maiores taxas de IP das principais legendas nacionais para o PSDB, partido que começou a ganhar força no ano de 1998, com a reeleição de FHC. Atualmente o partido dos tucanos apresenta uma taxa de 5,95% de IP junto ao eleitorado nacional.

Esse movimento de inversão entre PT e PMDB, além do fortalecimento da identificação partidária do PSDB, se relaciona muito com a formação do perfil de cada uma dessas legendas nesses últimos anos. O PT tem feito em seus 10 anos de governo um claro incentivo a programas nacionais de apoio e transferência de renda junto a faixas de menor renda, e essas ações tiveram um claro efeito sobre o perfil da sua identidade, que sempre se apoiou na classe média. Pelas medições feitas nessas três últimas eleições o PT saiu de uma participação de 19,46% em 2002 na faixa de renda mensal familiar de até 2 salários mínimos para 48,33% em 2010, além de ter aumentado em aproximadamente 7 pontos percentuais nas faixas de Analfabeto/Primário Completo e Ensino Fundamental Incompleto/Completo nesse período. Na última eleição de 2010, o PT obteve a menor média de renda mensal familiar, assumindo o lugar do DEM (ex-PFL) que detinha esse título nas medições de 2002 e 2006. O PMDB que detinha a imagem de partido dos “pobres”, herança conquistada durante a ditadura militar de acordo com Lamounier, perdeu o seu posto para o PT.

Nessas três últimas eleições, o PMDB perdeu espaço na faixa de escolaridade Analfabeto/Primário Completo, caindo de 36,63% em 2002 para apenas 18,52% em 2010; caiu 6 pontos percentuais de participação na faixa de renda mensal de até 2 salários mínimos; e além disso, teve um aumento considerável em sua média de renda familiar mensal. Apesar dessa perda, o PMDB não parece ter encontrado espaço dentro das classes sociais mais altas e sim criado um perfil partidário mais concentrado na classe média nacional, aonde detém maior participação em todas as últimas medições. Fato que pode estar relacionado com a forte

tendência do PMDB nos últimos anos de tentar agregar o maior número de eleitores em sua legenda, sem buscar defender claramente determinada bandeira ou ideologia.

Já o PSDB, que sempre foi tido como um partido mais elitista e representante das classes mais favorecidas, vem adotando uma estratégia bem semelhante ao PT, apesar de não obter a mesma eficácia, já que não é governo há mais de 10 anos. Os tucanos ampliaram a sua participação em faixas sociais de menor renda e escolaridade, subindo sua participação de 22,22% em 2002 para 41,28% em 2010 na faixa de renda familiar mensal de até 2 salários mínimos e aumentando em mais de 10 pontos percentuais a sua presença na faixa Ensino Fundamental Incompleto/Completo nesse período. E ao mesmo tempo, os tucanos perderam espaço entre os mais ricos e escolarizados, caindo de 26,67% em 2002 para 10,09% em 2010 na faixa de renda familiar mensal de mais de 10 salários mínimos e perdendo mais de 13 pontos percentuais na faixa Ensino Superior Incompleto/Completo nesse mesmo período. Em 2002 a maior presença da identidade partidária do PSDB se encontrava no Ensino Superior, já em 2010 a maior parte se concentrava no Ensino Médio Completo. Além disso, nos anos de 2002 e 2006, o PSDB detinha a maior média de renda mensal familiar e na medição de 2010 perdeu o seu posto para o DEM (ex-PFL). Assim os dados sugerem uma aproximação dos tucanos de classes sociais mais baixas e uma tentativa de diminuir o status de elitização que existia em relação à identidade partidária do partido.

Os dados relativos ao DEM (ex-PFL) já não são tão conclusivos devido à baixa taxa de respondentes. O que dá para avaliar das informações é um possível aumento da participação de classes de maior renda entre aqueles que se identificam com o partido devido ao súbito aumento da média de renda familiar mensal da identidade partidária do partido, assumindo a maior renda média em 2010; e a configuração de um perfil partidário mais jovem, diminuindo a idade média de 41 anos em 2002 para 36 anos em 2010. Além disso, foi notado um posicionamento menos direitista entre aqueles que têm preferência pelo partido em 2010. Fatos que sugerem uma tentativa do partido de se renovar e buscar apoio em novos estratos da sociedade brasileira.

Os resultados do último aspecto analisado, que é a relação entre a identidade partidária e o voto, indicam uma flutuação do peso dessa variável na direção do voto nesses três últimos pleitos presidenciais. Em 2002 e 2010 é observada uma expressiva influência das identidades partidárias, principalmente das legendas PT e PSDB e suas respectivas coligações, enquanto que em 2006 essa influência diminui consideravelmente. Novamente aspectos conjunturais influenciando em certo grau a participação da variável, pois em 2006, como foi dito anteriormente, aconteceu um quadro de reeleição e houve participação de um candidato

de alta popularidade, circunstâncias que levam à diminuição da importância de tal variável no voto.

Um grande destaque das informações colhidas fica por conta da rejeição partidária, que tem forte influência nas três últimas eleições, confirmando as observações de Carreirão e Kinzo (2004) sobre a importância da rejeição aos partidos. As rejeições partidárias do PT e do PSDB apresentam os maiores coeficientes em relação a todas as variáveis utilizadas nas regressões dos três anos analisados. Demonstrando a importância da imagem tanto positiva quanto negativa do partido na hora do eleitor decidir o seu voto, e isso tanto em relação aos candidatos do partido apoiado ou rejeitado quanto de seus rivais.

As variáveis “avaliação do governo anterior” e “identidade ideológica” também apresentam peso, só que em menor grau, e se comportam já de maneira esperada, beneficiando o candidato do partido situacionista e o candidato do partido de maior orientação direitista respectivamente.

A variável “conhecimento político”, que analisa o eleitorado com maior conhecimento factual em relação à política nacional, demonstra em todos os testes prejudicar o voto no candidato petista, principalmente em 2006. Algo que pode estar relacionado com a maior presença petista em faixas de menor renda e escolaridade, que inevitavelmente tem menor acesso à informação e conhecimento a respeito da política nacional. Um fato interessante é o efeito neutralizador que a identificação partidária gera nas eleições presidências de 2010 sobre essa variável, corroborando ainda mais com a tese de que a identidade partidária continua a ter peso decisivo no voto do eleitor.

À guisa de conclusão, é possível notar que a identificação partidária no Brasil ainda exerce grande peso no voto do eleitor, e que apesar de oscilações, apresenta uma tendência de estabilização e não declínio, como ocorre em outros países. E que essa possível estabilização já gera efeitos sobre a estruturação de tal variável no nosso eleitorado, promovendo a criação de perfis partidários e a construção de imagens a respeito de cada legenda. Contrariando a visão de André Singer (1990) e de Meneguello (1994) de que não seria mais necessário o canal partidário devido à forte tendência populista e personalista do eleitorado brasileiro.

Logicamente que este estudo se trata de uma análise superficial da preferência partidária nacional, aonde foram medidos apenas as principais manifestações dessa variável no eleitorado. Seriam necessários trabalhos mais elaborados para compreender de que forma realmente se sustenta essa estabilidade, e para explicar o motivo dos perfis partidários terem mudado tanto ao longo desses anos. Além disso, seria de suma importância a criação de

modelos mais complexos para análise da influência de variáveis terceiras sobre a identificação partidária, pois ainda existem diversas perguntas sobre o que de fato influenciaria essas flutuações na preferência.

Essas são questões que ainda precisam ser respondidas pela literatura nacional de comportamento eleitoral, e que são vitais para uma melhor compreensão dessa variável e de sua importância para o cenário brasileiro.

Mas o importante é que pelos resultados apresentados neste estudo e pelas grandes questões que ele possa ter levantado, se torna inegável que a preferência partidária ainda permanece muito relevante como variável de análise do comportamento eleitoral brasileiro, e que entender a influência do partido como algo menor no século XXI é um erro, pois os partidos ainda influenciam o voto. O grande ponto agora é entender se essas novas estratégias partidárias para angariar novos eleitores vão conseguir a longo prazo manter as taxas de identificação partidária nesses níveis, e se essa qualidade de identidade partidária vai continuar a influenciar a corrida eleitoral nacional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALBACHEVSKY, E. “Identidade Partidária e Instituições Políticas no Brasil”. Lua Nova, nº 26. 1992
- BAQUERO, M. A Tese da Mobilização Cognitiva e o Declínio dos Partidos. Trabalho apresentado no XX Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, 22-26 de outubro. 1996.
- BARTELS, L.M. “Uninformed Voters: Information Effects in Presidential Elections.” American Journal of Political Science 40, p.194–230, 1996
- CARREIRÃO, Y. Decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras. Florianópolis/Rio de Janeiro: Ed. UFSC/FGV, 2002.
- CARREIRÃO, Y. e KINZO, M.D. “Partidos Políticos, Preferência Partidária e Decisão Eleitoral no Brasil (1989/2002).” Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol.47, nº 1, p.131-168, 2004.
- CARREIRÃO, Y. Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006. UFSC. Revista Opinião Pública, Campinas, vol.13, nº 2, p.307-339, nov. 2007.
- CAMPBELL, A. et al. The American Voter. New York: Wiley, 1960.
- CARDOSO, F. H. e LAMOUNIER, B. Os Partidos e as Eleições no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1975.
- CASTRO, Mônica M. M. de. Determinantes do Comportamento Eleitoral. A Centralidade da Sofisticação Política. Tese de Doutorado, IUPERJ. 1994
- DALTON, R. J. “The Decline of Party Identifications”, in R. J. Dalton e M. Wattenberg (eds.), Parties without Partisans – Political Changes in Advanced Industrial Democracies. Oxford, Oxford University Press, 2000.



DALTON, R. e WATTENBERG, M. Parties without partisans: political change in advanced industrial democracies. Oxford University Press. 2002.

DOWNS, A. An economic theory of democracy. New York: Harper Row Publishers, 1957.

FIGUEIREDO, M. A Decisão do Voto. São Paulo, IDESP/Sumaré, 1991

FIGUEIREDO, M. A decisão do Voto: Democracia e Racionalidade. 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

FIORINA, M. Retrospective voting in American national elections. New Haven: Yale University Press, 1981.

KING, G., TOMZ, M. e WITTENBERG J. Making the Most of Statistical Analyses: Improving Interpretation and Presentation. American Journal of Political Science, vol. 44, nº 2, p.341-355. Harvard University. 2000.

KINZO, M.D. Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, vol.20, nº 57, p.65-81, fev. 2005.

LAMOUNIER, B. (org.). Voto de Desconfiança: Eleições e Mudança Política no Brasil. Petrópolis, RJ, Vozes. 1980.

LAVAREDA, A. “Governos, Partidos e Eleições segundo a Opinião Pública: O Brasil de 1989 Comparado ao de 1964”. Dados, vol. 32, nº 3, p.341-362. 1989.

LAVAREDA, A. A Democracia nas Urnas – O Processo Partidário Eleitoral Brasileiro. Rio de Janeiro, IUPERJ/Rio Fundo Editora. 1991

LUSKIN, R.C., FISHKIN, J.S. and JOWELL, R. “Considered Opinions: deliberative polling in Britain”, British Journal of Political Science 32, p.445-487, 2002.

MACKUEN, M., ERIKSON, R. e STIMSON, J. “Macropartisanship”. American Political Science Review, nº 89, p.1125-1142, 1989.

MENEGUELLO, R. “Partidos e Tendências de Comportamento: O Cenário Político em 1994”, in E. Dagnino (org.), Anos 90: Política e Sociedade no Brasil. São Paulo, Brasiliense. 1994

MENEGUELLO, R. “Electoral Behavior in Brazil: The 1994 Presidential Election”. International Social Science Journal, vol. 47, nº 4. 1995

REIS, F. W. (org.). Os Partidos e o Regime: A Lógica do Processo Eleitoral Brasileiro. São Paulo, Símbolo. 1978.

REIS e CASTRO, Mônica M. M. de. “Regiões, Classe e Ideologia no Processo Eleitoral Brasileiro”. Lua Nova, nº 26. 1992

SILVEIRA, F. O Novo Eleitor Não-Racional. Tese de Doutorado, FFLCH/USP. 1996

SINGER, A. “Collor na Periferia: A Volta por cima do Populismo?”, in B. Lamounier (org.), De Geisel a Collor: O Balanço da Transição. São Paulo, IDESP/Sumaré. 1990.

SINGER, A. Identificação Ideológica e Voto no Brasil: O Caso das Eleições Presidenciais de 1989 e 1994. Tese de Doutorado, FFLCH/USP. 1998.

SINGER, A. Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro. São Paulo: Edusp, 2000

VEIGA, L.F. Os partidos brasileiros na perspectiva dos eleitores: mudanças e continuidades na identificação partidária e na avaliação das principais legendas após 2002. Revista Opinião Pública, Campinas, vol.13, nº 1, p.51-73, jun. 2007.

## GLOSSÁRIO

DEM (ex-PFL) --Democratas

PC do B - Partido Comunista do Brasil

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PFL - Partido da Frente Liberal

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PPB - Partido Progressista Brasileiro

PPS - Partido Popular Socialista

PRN - Partido da Reconstrução Nacional

PSB - Partido Socialista Brasileiro

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PSOL - Partido Socialismo e Liberdade

PT - Partido dos Trabalhadores

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

PV- Partido Verde

## ANEXO

### Grau de conhecimento ou envolvimento político

O trabalho de Luskin, Fishkin e Lowel (2002) demonstrou que o acréscimo de conhecimento individual, por meio do maior acesso informacional, pode causar uma mudança estatística líquida, ou seja, uma maior informação teria impacto na opinião coletiva. Enquanto a falta de informação geraria um efeito perverso ou negativo, fazendo com que a coletividade não saiba identificar com precisão suas preferências políticas. Com isso foi contestada a idéia de que os erros aleatórios individuais, quando tratados em coletivo, se cancelariam, chegando-se assim a coletividades conscientes.

Foi através de tal teoria que Bartels (1996) criou um modelo estatístico que conseguisse simular, por meio de regressões múltiplas, como a opinião do eleitor poderia se alterar conforme o indivíduo fosse completamente informado sobre política. Esse método estatístico, descrito acima, foi usado por Bartels (1996) durante pesquisas eleitorais de seis eleições presidenciais nos Estados Unidos de 1972 a 1992. Os resultados mostraram que eleitorados completamente informados, com um nível de conhecimento político alto, podem apresentar mudança de posicionamento. Sendo que essa mudança não se cancelaria entre as mudanças individuais de opinião existentes.

Assim o nível de conhecimento político individual teria um peso importante na constituição das preferências do eleitorado. Por isso essa variável foi utilizada no modelo estatístico empregado neste trabalho.

A mensuração do nível de conhecimento ou envolvimento político foi feita através da análise das respostas dos entrevistados às perguntas de conhecimento factual e sobre posicionamento político-ideológico dos partidos e candidatos. Cada resposta certa valia um (1) e a resposta errada teria valor igual a zero (0). Assim foi formada uma escala de conhecimento que vai de zero (0) a treze (13) no ESEB 2010, de zero (0) a 7 no ESEB 2006, e de zero (0) a nove (9) no ESEB 2002.

Primeiramente eram analisadas quatro perguntas de conhecimento factual, que buscam simplesmente medir o conhecimento ou desconhecimento do entrevistado em relação a fatos simples da política, por meio de questões de certo ou errado. Após essa etapa é averiguado o conhecimento do respondente em relação à identificação das legendas dos políticos destacados na pesquisa, o ESEB 2010 apresenta seis questões sobre essa temática, enquanto o ESEB 2002 possui apenas duas questões e o ESEB 2006 não possui nenhuma. Por

último foi testado a capacidade do eleitor de fazer comparações plausíveis do posicionamento ideológico dos principais partidos e candidatos de cada eleição presidencial. Foram feitas duas comparações entre legendas de claro posicionamento antagônico em cada pesquisa, além de uma comparação entre os principais candidatos que participavam do pleito.

As médias de nível de conhecimento político obtidas nas três eleições pesquisadas são as seguintes: 2,127 em 2002, com desvio padrão de 1,581; 3,039 em 2006, com desvio padrão de 1,689; e 6,289 em 2010, com desvio padrão de 2,766. Lembrando que as diferenças entre as escalas de cada ano interferem nos resultados.